

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GABRIELA MAZZA DE SOUZA

*Versão corrigida*

**PROJETO RONDON E A MOBILIDADE DO TRABALHO COMPLEXO NO VALE  
DO JEQUITINHONHA/MG**

SÃO PAULO  
2023

GABRIELA MAZZA DE SOUZA

*Versão corrigida*

**PROJETO RONDON E A MOBILIDADE DO TRABALHO COMPLEXO NO VALE  
DO JEQUITINHONHA/MG**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Humana (PPGH) da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas (FFLCH - USP)

Orientado pelo Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

SÃO PAULO

2023

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

***Termo de Anuência do (a) orientador (a)***

Nome do (a) aluno (a): Gabriela Mazza de Souza

Data da defesa: 23/10/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos Almeida de Toledo

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 21/12/2023



Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d719p de Souza, Gabriela Mazza  
PROJETO RONDON E A MOBILIDADE DO TRABALHO COMPLEXO  
NO VALE DO JEQUITINHONHA/MG / Gabriela Mazza de  
Souza; orientador Carlos de Almeida Toledo - São  
Paulo, 2023.  
116 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de Geografia. Área de  
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. Geopolítica. 3. Geografia  
Regional. 4. Mobilização do Trabalho. I. Toledo,  
Carlos de Almeida, orient. II. Título.

## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu avô Pietro (in memoriam) por me criar para o estudo. Mesmo com a minha ineficiência em assertividade social e produtiva, sempre tive apoio de sua parte e sei que esta dissertação seria motivo de muito orgulho.

À minha família, Angélica, Daniel, Ângela, Francisco e Juliana por estarem presentes mesmo com as discrepâncias na forma de enxergar o mundo, também pelo companheirismo e auxílio nos momentos de necessidade.

Serei genérica ao agradecer a todos meus amigos de uma única vez, porém não considero justo fazer uma lista de nomes. Muitas pessoas entraram e saíram da minha vida ao longo destes anos, e cada uma fora importante de seu modo, em seu tempo. Obrigada a todos pela proteção nos momentos de crise emocional, pelo amparo em situações difíceis e pelas lembranças divertidas que me proporcionaram.

Ao professor Carlos, não apenas pela orientação, mas pelo acolhimento e pela paciência. Por ter sido tão presente e prestativo durante todo o processo, por me ensinar a estudar em grupo mesmo com a minha inabilidade social, por ter estendido a mão em todos os momentos que precisei. Com certeza, essa dissertação não sairia sem a parceria e confiança que depositou em mim.

Ao Piterson estou fadada a ser incompleta. Não há formas de expressar através de uma lista tudo a que lhe sou grata. Excluindo toda a particularidade de nossa relação, agradeço por ser agente no meu crescimento pessoal e intelectual, pelas incontáveis horas de conversa, de debate, de críticas e de discordâncias. Principalmente, agradeço pela reinvenção.

## **Resumo**

A presente dissertação propõe um debate acerca do papel da universidade na territorialização do Capital, tendo como ponto de partida a ação do Projeto Rondon na região do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais. O projeto trata-se de um programa de extensão universitária que estimulou operações em larga escala na Ditadura Militar, sendo reaberto em nova roupagem em 2005 e permanecendo em atividade até os dias atuais. Promovendo uma mobilização de estudantes para regiões ditas “remotas e carentes”, o Projeto Rondon torna-se uma excelente porta de entrada para desvendar a relação que o conhecimento científico possui com a racionalização da reprodução capitalista, assim como possibilita descobrir especificidades de uma mobilidade do trabalho complexo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Rondon; Vale do Jequitinhonha; planejamento regional; territorialização; mobilização do trabalho

## **Abstract**

This dissertation proposes a debate on the role of the university in the territorialization of Capital, taking as a starting point the action of the Rondon Project in the region of Vale do Jequitinhonha, northern Minas Gerais. The project is a university extension program that stimulated large-scale operations during the Military Government, being reopened in a new format in 2005 and remaining active to this day. By mobilizing students to so-called "remote and needy" regions, the Rondon Project becomes an excellent entry point to unravel the relationship that scientific knowledge has with the rationalization of capitalist reproduction, as well as to discover specificities of complex labor mobility.

**KEYWORDS:** Rondon Project; Vale do Jequitinhonha; regional planning; territorialization; labor mobilization

## **Lista de Siglas**

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais (atual Companhia Energética de Minas Gerais)  
CHISF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha  
CODEVASF – Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco  
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais  
DER – Departamento de Estradas de Rodagem  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra Secas  
ECA – Programa de Cooperação Econômica  
EMOP – Escola de Minas de Ouro Preto  
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GEPER – Gerência de Operações permanentes  
GTP – Grupo de Trabalho para a Pecuária  
IAA – Programa de Assistência Externa  
GTU – Grupo de Tarefa Universitário  
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais  
INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais  
IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas  
ONU – Organizações das Nações Unidas  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PDN – Programa Nacional de Desenvolvimento  
PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social  
PR – Projeto Rondon  
PROAP – Programa de Áreas Prioritárias  
PROEX – Programa de Apoio à Extensão Universitária



PROESP – Programa de Operações Especiais

PROFIX – Programa de Interiorização e Fixação de Mão de Obra

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SINP – Serviço de Interiorização Profissional

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TCA – Programa de Ajuda Técnica

TVA – Tennessee Valley Authority

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

## **Lista de Figuras e Tabelas**

FIGURA 1 - Mapa de localização dos Campus Avançados próximos a BR-230

FIGURA 2 - Projeto de Divisão do Brasil em Áreas Geoeducacionais de Planejamento

FIGURA 3 - Mapa dos campi implantados e das respectivas Instituições de Ensino Superior

FIGURA 4 - Rondonistas em Araçuaí, 1973

FIGURA 5 - Feira de Arte e Cultura do Vale do Jequitinhonha

FIGURA 6 - Expedição para o Projeto Rondon, 1974

FIGURA 7 - Expedição para o Projeto Rondon, 1971

FIGURA 8 - Grupo de Estudantes, 1972

TABELA 1 - Programas e Subprogramas da Fundação Projeto Rondon

## Sumário

<b>Apresentação</b>	11
<b>Introdução</b>	14
<b>1. Da “Geopedagogia” de Choeri às Regiões Geoeducacionais de Planejamento</b>	31
1.1 A educação à “serviço” da sociedade: a prática e a política no tripé “ensino, pesquisa e extensão”.	32
1.2: O MEC, a Reforma Universitária e a homogeneização da Universidade	42
1.3 Educação estratégica: a herança da Usaid e a ideia de “povoamento tecnológico”	46
1.4 As regiões geoeducacionais brasileiras e o combate ao “dualismo”	57
<b>2. A região geoeducacional do Vale do Jequitinhonha</b>	65
2.1 O Campus de Araçuaí na perspectiva do administrador	70
2.2 O Campus de Araçuaí na perspectiva do estudante	76
2.3 O Campus de Araçuaí na perspectiva da CODEVALE	82
2.4 O Campus de Araçuaí na perspectiva da comunidade	85
<b>3. A universidade na Territorialização do Capital</b>	88
3.1 O “sujeito-pesquisador”	90
3.2. A mobilidade do trabalho complexo	93
3.3 A modernização em movimento de crise	97
<b>4. Considerações Finais</b>	100
<b>Referências Bibliográficas</b>	105

## **Apresentação**

Este não é um texto sentimental. Mas todo ele, da linha primeira à linha última, demonstra algum grau de frustração e insatisfação. Aspirava-se que toda a truculência juvenil pudesse ter se esvaído definitivamente e que a responsabilidade pudesse nos levar a uma vida estável, uma vida produtiva. Espera-se da pós-graduação uma postura de maturidade. E nessa reflexão estamos condenados a romper com a falta de assertividade e assumir psicologicamente a moralidade do trabalho.

Que este fato é justificável não há dúvidas. Nossas considerações não podem ser, de maneira genérica, absolutamente impecáveis. Isso porque admitimos o sofrimento como pauta principal de nossa indignação. Ainda que fosse possível, nossa experiência individual com a violência não permitiu separar teoria e prática com precisão. E isso prejudica toda a redação das linhas a seguir. A depressão equatorial não é doença moderna, é condição sine qua non da sociedade em que vivemos. Assim como a sensação de desconforto frente às obrigações intelectuais.

Dentre tantas possibilidades de iniciar-se esta discussão, parece-nos imprescindível refletir primeiro sobre a natureza desta própria escolha. Para além de abstrações sobre as causalidades cotidianas que moldam nossas curiosidades acerca do mundo, e sobre como nos relacionamos primariamente com o objeto que queremos dar visibilidade, trata-se de assumir as auto-contradições inerentes ao processo de pesquisa científica na atualidade e da relação entre a persona pesquisador e o ser humano em seu comando, carregado com todas as aflições do papel social que exerce.

Isso porque, ainda que não produza objetivamente um valor, o conhecimento é parte do funcionamento do Capital por ser, diretamente, um requisito para o desenvolvimento das forças produtivas. E também porque essa mesma faculdade imaterial pode tornar-se quantificável a partir do momento que se materializa em um suporte - um arquivo, como este sendo redigido no momento. O que essas palavras configuram são a positivação do conhecimento, onde a reflexão crítica deixa de ser

apenas parte da formação intelectual do indivíduo, mas a reverberação institucional do mesmo como parte de todo um sistema voltado para a produção de mercadorias.

Logo, partimos do pressuposto que há duas instâncias para a apresentação desta pesquisa: seu processo e seu produto final.

Do produto final, trazemos um ponto-chave para o debate: possivelmente, podemos qualificar a atividade de pesquisa como uma espécie de gestão da improdutividade, que tende sob determinados cenários políticos, tornar-se cada vez mais precária. A natureza contraditória da educação coloca-a como mártir do desenvolvimento - ao mesmo tempo que é condição constituinte, também é o fundamento da idéia iluminista de emancipação. O conhecimento é e não é, simultaneamente, a voz de toda a História. E quando este conhecimento se institucionaliza - pela ciência, pela arte ou pela comunicação; ele perde parte de sua autonomia conceitual, e corrompe-se, se é que podemos usar uma categoria moral como esta, em poder.

Sim, não há afirmação mais senso comum que “saber é poder”. E isso perpetua-se em diversos planos, num jogo em que ao passo que se naturaliza algumas coisas, desmistifica-se outras. Como um trabalho em Geografia, não nos cabe dissertar sobre a ontologia do intelecto humano, mas entender como esse intelecto atua no palco da racionalização capitalista. E ainda com a ansiedade de chegarmos direto ao ponto deste texto, assumimos uma responsabilidade para com esse trabalho a partir do momento que percebemos que a dimensão dele extrapola nossa simples vontade. Saber é poder e o controle deste poder não é todo nosso. Não estamos falando apenas de categorias abstratas, pois cada uma dessas linhas traz muitos elementos humanos. São pessoas, suas vidas, suas histórias. A narrativa do pesquisador pode ser o espelho de perspectivas que muitas vezes são suprimidas e eliminadas, passam invisíveis nas grandes epopéias do sistema.

Então, falemos um pouco sobre a dialética e o processo. Pois talvez, este produto final não contemple o todo, mesmo com nossos nobres esforços. Falamos do processo investigativo como um compromisso com o mundo, ou uma tentativa de relação verdadeira com outros indivíduos. Poderíamos poupar os leitores de uma

retórica tão sentimental, embora isso seria, novamente, ocultar partes do processo em nome do produto textual - tornando-o substituível por um gerado pelo “chatGPT”. Do linguajar objetivo à suposta imparcialidade científica resulta aquilo que compõe a institucionalização do saber e o mecanismo de poder derivado do mesmo. É uma tentativa de normalizar as maneiras de se relacionar com o objeto - norma esta necessária para o bom funcionamento da racionalização. Dessa “lógica”, resta um mundo maquinal e (re)produtivo, em que naturalizações teimam em ocultar o sofrimento, que passa também a ser normalizado e controlado.

Essa conversa não é vã auto-justificativa, muito embora não deixe de ser um tímido mea culpa. Trata-se do pontapé necessário para entender a relação que a universidade possui com a racionalização capitalista, - o planejamento regional -, a relação que os estudantes estabelecem com a comunidade em que atuaram e a nossa relação direta com essa proposta de pesquisa. É pensar no porquê fazemos o que fazemos, e quais as consequências dessas ações.

Dito tudo isso, apresento o principal objetivo desta dissertação: desenvolver uma abertura interpretativa que permita pensar a universidade não só como uma das instituições necessárias à territorialidade de um Estado nacional formado, mas também que age no território metropolizando sua reprodução através do planejamento regional e, portanto, produzindo e reproduzindo dentro das dinâmicas regionais, e entender quais os efeitos principais desse processo no próprio Vale do Jequitinhonha. Para isso, traçaremos um paralelo entre os diferentes momentos da acumulação capitalista e da territorialização do capital (TOLEDO, 2008), comparando suas implicações estruturais no Vale do Jequitinhonha a partir de uma análise do Projeto Rondon como aparelho valorizador de trabalho simples e mobilizador de trabalho complexo (GAUDEMAR, 1977) em sua vigência no Regime Militar.

## Introdução

### ***Sobre o objeto e sua tematização***

As inquietações iniciais a darem origem à presente proposta de investigação datam de 2011, durante o Curso de Extensão em Defesa Nacional, oferecido pela Universidade Federal de Sergipe. Durante a palestra<sup>1</sup> do até então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a retomada do Projeto Rondon fora mencionada como uma iniciativa revolucionária da gestão da União Nacional dos Estudantes a favor da participação dos universitários como agentes na consolidação do desenvolvimento nacional. A fala se assemelhava a do ex-Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, em 2005, durante o discurso<sup>2</sup> na abertura da primeira operação da nova roupagem do projeto, em que dizia que a pátria necessitava avançar contra a desigualdade social. O que havia de notoriamente comum na alocução acalorada de ambas figuras políticas era a afirmativa necessidade de se apresentar aos estudantes – reconhecendo-os como inerentemente privilegiados – a verdadeira nação. A primeira questão, portanto, a nos provocar e a moldar a ideia central desta pesquisa foi: que dimensão<sup>3</sup> é esta que causa ruptura na percepção objetiva dos universitários em relação ao que é, de fato, o Brasil?

Francisco de Oliveira inicia o livro “Elegia para uma Re(li)gião” notificando que seu trabalho fora “escrito sob o signo da paixão” (OLIVEIRA, 1978:13), aquela

---

<sup>1</sup> Palestra de encerramento intitulada “Livro Branco de Defesa Nacional”, ministrada no dia 03 de Junho de 2011 no auditório da UFS.

<sup>2</sup> “(...) No passado, a utopia geográfica via o país como uma imensa frente pioneira, a puxar um mercado em expansão. A estrada terminava na boca da mata. Aos olhos de alguns, parecia suficiente levar a picada mais adiante; o progresso faria o resto. Hoje, sabemos que não é assim. O país, no essencial, está integrado. É preciso vencer a grande fronteira da desigualdade, desbravar um futuro mais humano, abrir estradas de oportunidades. Recriar, enfim, a ideia de nação com base no interesse coletivo. A justiça social representa, hoje, aquilo que o telégrafo simbolizou no passado, quando o marechal Cândido Rondon percorreu o país à frente da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas. Foi para desbravar essa nova fronteira que o Projeto ganhou um novo rosto, como proposta de engajamento da juventude e da universidade na superação das nossas distâncias sociais. Ele significa uma iniciativa conjunta de governo, com a participação integrada das Forças Armadas e de vários Ministérios. O seu método é participativo, incluindo entidades como a UNE no seu Conselho. Vocês farão diagnósticos. As universidades criarão projetos. Novas turmas serão credenciadas a implementar ações de longo curso, articuladas com políticas públicas e, quando for cabível, apoiadas pela iniciativa privada.” (SILVA, 2005, p.5)

<sup>3</sup> “(...) Para muitos de vocês, jovens integrantes da primeira turma do novo Projeto Rondon, esta é uma viagem de iniciação. Iniciação a um Brasil do qual vocês tenham notícia e conhecimento mas, por falta de oportunidade e até mesmo de estímulos, possivelmente não avaliem a dimensão exata dos nossos desafios e a chance história de superá-los nessa geração.” (SILVA, 2005, p.5)

paixão que diz respeito a olhar criticamente para o sofrimento. Theodor Adorno explana, em “Dialética Negativa”, que tornar o sofrimento eloquente é a única forma possível de se encontrar a verdade<sup>4</sup>. Apesar de compreendermos que a empatia (EISENBERG & MILLER, 1987) encontra-se em um esforço de se olhar o mundo para além dos confortos de seus próprios privilégios, entendemos que os princípios de integração propagados nos enunciados emblemáticos inundados de argumentum ad passiones do Projeto Rondon não são, exatamente, um exercício de pensamento crítico.

Pressupomos que a presente dissertação é também fruto de um conturbado percurso de construção de conhecimento. No embate da vivência acadêmica com o desconforto causado pela aversão ao sistema hegemônico (especialmente no contexto político em que iniciamos a escrita), percebemos que um exercício de autocrítica é fundamental ao pesquisador. Na mesma chave interpretativa, julgamos essencial averiguar como o investigador, ao aproximar-se de seu objeto de estudo, estabelece uma relação de poder (RAFFESTIN, 1980) com o mesmo, considerando-se que a contradição da forma mercadoria move a objetivação do sujeito cientista na construção do discurso sobre o objeto (TOLEDO, 2008). Aqui, fundamenta-se a segunda questão norteadora da pesquisa que aos longo dos anos de graduação se enquadrou: o elo dos Rondonistas com a dita “realidade” brasileira está no âmbito da racionalização da reprodução da Capital (OLIVEIRA, 1978)?

Em 2015, movidos pela elaboração do Trabalho de Graduação Individual<sup>5</sup>, iniciamos uma nebulosa busca que objetivou desnudar a dinâmica do Projeto Rondon como peça fundamental no processo de formação de uma região (OLIVEIRA, 1978) considerando o papel simbólico dos estudantes como guardiões e difusores do conhecimento e admitindo a escola como instituição reguladora de trabalho complexo. Na época, fizemos um estudo de caso relativo à missão da Equipe dos Cobras, que atuou em Humaitá (AM) durante o ano de 1972, juntamente com uma análise comparativa da Operação Centenário, em 2007.

---

<sup>4</sup>Tradução livre de “To lend a voice to suffering is a condition for all truth.” (Adorno, 1973).

<sup>5</sup>SOUZA, Gabriela Mazza de. *O Projeto Rondon e as políticas de desenvolvimento regional na Amazônia*. Trabalho de Graduação Individual (TGI) DG/FFLCH/USP, 2016.



Delimitamos e caracterizamos dois momentos históricos distintos na ação do Projeto Rondon: a primeira geração, pertencente ao projeto original no período da Ditadura Militar (1964-1989) e a segunda, em nova formatação na era PT (2005-atualmente). Esse procedimento foi fundamental pois a partir da análise da efetividade e dinâmica das operações em seus respectivos contextos que demos início a esta proposta. Também vale comentar que, na ocasião, o enfoque dos estudos deu-se pensando nas políticas de desenvolvimento regional na Amazônia, recorrendo ao seu processo de formação, que reforçou um imaginário (ANDERSON, 1986) romântico de desbravamento e consumou uma política de ocupação e mobilização de trabalho.

Em contato com o relatório<sup>6</sup> de missões da Equipe dos Cobras, pudemos inicialmente identificar alguns padrões que ajudaram-nos a formular as críticas em relação a concepção de planejamento que norteiam o PR. O que a região de Humaitá oferecia de interessante para ser alvo da instalação de um campi? A principal hipótese que tínhamos era a construção da Rodovia Transamazônica. Inaugurada quase contemporaneamente ao Campus, a estrada funcionaria como uma porta de abertura para o processo de colonização (ALMEIDA, 2008), efetivando a distribuição de lotes às suas margens. Como podemos observar no mapa a seguir, cerca de 32% dos Campus Avançados foram construídos à beira da rodovia:

---

<sup>6</sup> EQUIPE DOS COBRAS. Missão cumprida: relatório das atividades desenvolvidas pela equipe GTU/PR em Humaitá, Amazonas. Humaitá/Bauru, 1972.

**FIGURA 1**

Mapa de localização dos Campus Avançados próximos a BR-230



**Fonte:** Ministério dos Transportes, marcações da autora.

Dos campus identificados, três localizam-se em locais onde há interseções com outras grandes rodovias federais: Marabá (BR-153 e BR-155), Itaituba (BR-163) e Humaitá (BR-319). A Rodovia BR-319 foi inaugurada em 1976, quatro anos após a instalação do campus e da Transamazônica. Era considerada uma obra de grande destaque, pois ligaria Porto Velho (RO) a Manaus (AM), tirando as duas da condição de isolamento e abrindo uma importante via de circulação de mercadorias (SALLES, 1971). Dianteira para a chegada de latifúndios, posseiros e grileiros da região, a BR-319 necessitava de mão de obra especializada, assim como um serviço de capacitação técnica para trabalhadores. Demais, planejava-se que Humaitá fosse um centro urbano, que pudesse servir como ponto de parada dos viajantes e residência para militares que serviam a região. Aqui, já pudemos inferir um exemplo de política que nos fornece um indicativo modernizante e de facilitação e circulação de mercadorias. Ou seja, ajudou-nos a formular uma questão posterior, a ser trabalhada no presente estudo, que caminha em direção a tese de que a região tem o intento de produção de mercadorias, circuláveis para a metrópole (PRADO JÚNIOR, 1942).

Das dúvidas levantadas na escrita do Trabalho de Graduação Individual, todas confluem para o entendimento de que a formação de uma região produtora de mercadorias não pode ser pensada sem entender o processo de aparelhamento estatal. As condições da acumulação do capital regional emolduram os mecanismos do Estado – estes sustentados pela mobilização de uma força de trabalho. Os portadores de engenho entraram aqui. Não há modernização sem ciência – não há desenvolvimento que não precise do conhecimento para se pôr como ideologia. O desenvolvimento é um ideal econômico tanto quanto um diagnóstico psíquico, que busca superar o subdesenvolvimento (BURMAN, 2009). A especialização do trabalho nada mais é que condição necessária para que o capitalismo e o Estado venham a se tornar embaixadores da tecnologia e do progresso, e por isso, passáveis em sua suposta neutralidade.

Nas análises dos documentos selecionados em conjunto com a descrição do cotidiano contida no relatório do Grupo de Trabalho de Humaitá, percebemos que o projeto de desenvolvimento proposto pelo Projeto Rondon exige a criação de postos de trabalho, assim como exige uma mão de obra que possa assumir os cargos.

A autora Nádia Silveira chegou a uma conclusão sobre o projeto ao final de sua dissertação de mestrado:

Essa ligação tão íntima do Rondon com a política de desenvolvimento e soberania do Estado afeta seu vínculo com a universidade. O efeito do projeto na universidade é quase imperceptível, e esta tende a perceber o Rondon como uma ameaça a sua autonomia. (SILVEIRA, 1987, p. 202)

Em relação ao que vimos posteriormente sobre a atual versão do Projeto, em contraste com a análise do primeiro relatório, notamos diferenças significativas no que diz respeito a toda estrutura, missão e função que o programa exerceu – o que nos motivou a entender que são instantes distintos de um movimento maior.

Mas a presente pesquisa sugere uma investigação acerca do papel da universidade na territorialização do Capital, tendo como ponto de partida a ação do Projeto Rondon na região do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais. Ou seja,

mudamos o enfoque regional. Aqui cabe uma explicação mais cuidadosa do nosso objeto e da escolha do mesmo - justificando a mudança de recorte.

O Projeto Rondon trata-se de um programa de extensão universitária que estimulou operações em larga escala na Ditadura Militar, sendo reaberto em 2005 e permanecendo em atividade até os dias atuais. Promovendo uma mobilização de estudantes para regiões ditas “remotas e carentes”, o PR tornou-se uma excelente oportunidade para desvendar a relação que o conhecimento científico possui com a racionalização da reprodução capitalista, assim como possibilitou descobrir especificidades de uma mobilidade do trabalho complexo, que parece-nos peça fundamental no processo de modernização, desmistificando a instituição escolar e entendendo-a também como “aparelho de formação da mão-de-obra” (GAUDEMAR, 1997, p.286). Interessou-nos, ainda, entender qual a função social do universitário na consolidação de uma consciência nacional e na constituição de um Estado de origem colonial, e para isso traçamos um paralelo entre os momentos históricos de atuação do projeto, buscando similaridades e diferenças em sua concepção.

A criação do Projeto Rondon espelhava a realidade de pensamentos e valores da parcela social que escorava o Regime Militar. Constituiu-se, em ideia, no ano anterior à sua implementação, durante o I Seminário de Educação e Segurança Nacional – por sugestão do professor universitário Wilson Choeri. O mesmo elaborou, posteriormente, o conceito de Geopedagogia, que tem como objetivo “estudar e influir na organização do espaço geoeeducacional, buscando atenuar o dualismo territorial, funcional e social criador de tensões que podem assumir caráter grave e retardar o processo de integração e desenvolvimento” (CHOERI, 1995, p.31). Acreditava que as instituições universitárias aos poucos perdiam sua capacidade de delinear o progresso. O enunciado de integração e identidade nacional também convergia com uma nítida preocupação do envolvimento de estudantes com o pensamento crítico e com a esquerda política, que poderia desvirtuar os jovens de seus “reais objetivos cívicos”.

No entender dos professores, militares e outras autoridades presentes no I seminário de Educação e Segurança Nacional, o ensino cumpria papel fundamental na promoção do sentimento de pertencimento à nação brasileira. Mais do que

isso: era através da promoção do conhecimento da história pátria, do culto aos símbolos nacionais e do fomento à participação em festas cívicas que seria possível desenvolver cidadãos comprometidos com a preservação da segurança nacional, com a manutenção da unidade territorial do país e com a defesa contra ideologias nocivas à autoridade estabelecida. (AMATO, 2015, p. 44)

A proposta de um curso de extensão que levaria universitários do Centro-Sul para regiões “remotas” do país coincidiu com um projeto de estudos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército em Rondônia. O 5.º Batalhão de Engenharia e Construção de Porto Velho (RO) se interessou pela sugestão, pois teria suporte de estudantes especializados para as ações já previstas. O primeiro grupo de estudantes juntou-se em 1967, compostos de engenheiros, geógrafos e médicos da Universidade Estadual da Guanabara – onde Choeri lecionava, em conjunto com o professor Onir Fontoura<sup>7</sup>, juntou-se ao Batalhão em Porto Velho, com a principal meta de oferecer apoio tecnológico. Essa missão ficara conhecida como "Operação Zero", e nela foi criado o lema que virou símbolo do desenvolvimentismo militar: "Integrar para não Entregar".

Esta primeira iniciativa fora a porta de entrada para a criação de um Grupo de Trabalho Projeto Rondon já no mesmo ano, apesar de sua institucionalização acontecer oficialmente no ano seguinte durante a reforma universitária.

A institucionalização do Projeto Rondon inseria-se nas discussões em torno da reforma universitária promovida pelo regime militar [...] Como resultado, a reforma reestruturou a carreira docente, extinguindo a figura do professor catedrático; criou o vestibular classificatório e unificado; instituiu os ciclos básicos e profissionais; acabou com as turmas seriadas e criou o sistema de disciplinas por crédito; fomentou a estruturação do sistema de pós-graduação; reestruturou as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, desmembrando-as em diferentes unidades; integrou as várias áreas que desenvolviam ensino e pesquisa em campo comum, por meio da criação de institutos; aglutinou os docentes de disciplinas afins, através da criação de departamentos. Em seu conjunto, a reforma de 1968 foi a responsável pela consolidação da instituição universitária baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão. (AMATO, 2015, p. 55)

---

<sup>7</sup> Catedrático de Geografia na UEG.

A estrutura deste plano de extensão dava-se por etapas: a primeira tratava de um estágio supervisionado; a segunda era um plano de ação da Universidade na área de estudo e a terceira seria uma prestação de serviços dos estudantes participantes aos órgãos públicos atuantes na região. Região, na perspectiva do Projeto, tratava-se de “uma área bem definida na qual se aplicam e convergem decisões econômicas, resultando de tal fato uma coesão e unidade de área” (CHOERI, 1995, p. 192).

O boom do Rondon no início da década de 70, assim como o início da instalação de Campis fixos, que atuavam como uma “filial” das escolas nas regiões delimitadas, indicou a consolidação de um pacote de estratégias de desenvolvimento pensadas para a época – que incluíam a intenção de planificação da educação.

[...] Para êxito de uma política de regionalização econômica integrada há que se programar e planejar o espaço geoeducacional que se insere na região dentro dos parâmetros compatibilizados com os objetivos a serem colimados. Que seria em nosso entendimento ‘planificar a educação’? A planificação da Educação é uma técnica que um governo lança mão com o objetivo de estabelecer um referencial para adotar decisões racionalmente justificadas e compatibilizadas à realidade do espaço social em relação com o desenvolvimento do sistema educativo, no espaço e no tempo. (CHOERI, 1995, p. 117)

O tom faccioso que o Projeto Rondon foi adquirindo durante os anos foi alvo de muitas acusações críticas. Ao final da década de 70, reclamações do foco urbano e burocrático que o programa tomara chegaram à mídia<sup>8</sup>. Tais reclamações alegaram que empresas públicas e privadas estariam se aproveitando da mão de obra dos estudantes para fazer levantamentos para interesse próprio. Também haviam discussões internas, que buscavam entender o papel do projeto nos momentos históricos e nas transformações sociais que foram capazes de executar. Acreditamos que esses questionamentos demonstram uma contradição, já que o objetivo alegado no projeto fora desde seu início a criação de uma consciência nacional.

---

<sup>8</sup> Jornal do Brasil, 17 de julho de 1977. in SILVEIRA (1987)

As primeiras críticas ao projeto resultaram numa reformulação, onde percebemos que o interesse pelo potencial capacitador do Rondonista assumiu uma forma mais bruta. Se inicialmente o estudante seria um *cultural-carrier*, ou seja, um modelo de influência (WARREN, 2011), agora ele passaria a ser professor, responsável por ensinar a técnica necessária para um trabalhador exercer sua função. Além da preocupação de se instalar os serviços básicos para a reprodução do Capital, também via-se insuficiente a quantidade de força de trabalho especializada para trabalhar tanto na agricultura mecanizada quanto na extração mineral.

O Projeto Rondon transformou-se em fundação pelo decreto nº 67505, de 06 de novembro de 1970, tornando-se de administração direta e adquirindo autonomia financeira. No período de 1975 a 1979, momento de crise econômica graças ao endividamento externo, vigorou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que chamava a atenção por investir em grandes obras no setor energéticos, e também pelos pólos planejados serem desenhados distantes do centro industrial (MENDONÇA, 1986). Neste contexto foi criada a GEPER – Gerência de Operações permanentes, que controlava a operação dos Campi Avançado, assim como do Programa de Estágio Remunerado e dos programa de Interiorização e Fixação de Mão de Obra (PROFIX). Era esta gerência que delimitava os locais de interesse para a implementação do Campus, avaliando a demanda pelas ações. Os Campi Avançados eram o único programa do Projeto Rondon considerado efetivamente como extensão universitária para o Ministério da Educação (MENDES, 1991). O funcionamento dava-se da seguinte maneira: criava-se um Grupo de Tarefa Universitário (GTU) assim que definiam uma comunidade e uma universidade atuante. Este grupo contava com um professor supervisor que organizava a elaboração de projetos, que se revertiam em créditos curriculares.

Analisando esse processo, observamos que a necessidade de se modernizar a região torna-a um pólo de atração de força de trabalho (SINGER, 1975), e formulamos a questão central desta dissertação, que ambiciona entender como se dá o duplo sentido da mobilização do trabalho que o projeto suscita, tanto em relação ao estudante em si quanto aos moradores da região.

O Vale do Jequitinhonha possuía um campus próprio localizado na cidade de Araçuaí inaugurado em 1973. A unidade era a única na região Sudeste, e sua administração era cargo especialmente das Escolas Superiores do ABC Paulista. O vale do Jequitinhonha se encontra na porção Nordeste do estado de Minas Gerais, área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Não podemos pensar na atuação do Rondon nesta região sem pensar sua relação com a Codevale. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha foi criada em 1964 para mobilizar recursos em prol do desenvolvimento da região – especificamente para estabelecer um planejamento regional. Segundo Leite (2015)

Caberia evidenciar, portanto, ultrapassando, por nossa vez, uma perspectiva também ela [Codevale] neutra de ‘desenvolvimento’ que, ao contrário do que argumentou a maior parcela dos estudos feitos sobre a agência, sua atuação não teria sido simplesmente ‘ineficiente’. Os diagnósticos técnicos que fundamentaram a intervenção da Codevale identificariam certos ‘padrões’ de reprodução regional a serem superados, criticados especialmente pelo seu ‘baixo nível de desenvolvimento técnico’ [...] (LEITE, 2015, p. 401)

A Codevale firmou diversos acordos com o Projeto Rondon, muitos deles relativos aos preparativos de laudos. Se considerarmos que o discurso de progresso inclui um mediador científico que valide as implementações dos programas de desenvolvimento, pensando a ciência como uma organizadora de discursos e criadora de métodos para a divisão do trabalho, é natural de se esperar que esta região tenha demanda por mão-de-obra especializada e por pesquisadores capazes de racionalizar esse processo.

O retorno positivo das políticas desenvolvimentistas foram decaindo com o tempo. Após a posse de Geisel e o início de uma lenta abertura política é o principal marco de um declínio. A repressão violenta durante todo o caminho da ditadura mobilizou a esquerda com relativa eficácia. Os movimentos sindicais começaram a ganhar força e questionar as políticas econômicas implantadas. Em 1980, nasce o Partido dos Trabalhadores, que ganhou protagonismo ao questionar a estrutura eleitoral ao mesmo tempo que exigia direitos trabalhistas. Problemas econômicos



como inflação exagerada, desempenho oscilante e endividamento externo sujava cada vez mais a reputação do governo militar. O relacionamento próximo entre o desenvolvimentismo e o Rondon estremecia a ligação do mesmo com a universidade (SILVEIRA, 1987) – fazendo com que esta sentisse sua autonomia ameaçada.

Parece que a importância do Rondon se limita ao próprio grupo que dele participa: dirigentes e universitários. Defendendo uma visão economicista da educação e da ação social e preocupando-se basicamente em formar indivíduos que possam gerar e garantir o processo de desenvolvimento e integração geopolítica do país, o Projeto Rondon imprime também uma tendência à forma de mediatizar a relação sociedade-universidade: a de uma política educacional conservadora modernizadora. (SILVEIRA, 1987, p. 202)

À medida que a crise do regime Militar aumentava, as críticas ao Projeto Rondon ficavam cada vez mais consistentes. As principais tratavam-se do questionamento das intenções assistenciais, pois o foco principal do projeto era atender a demanda científica dos órgãos de desenvolvimento. A suposta integração entre militar, estudante e comunidade não era mais visível. Tudo que restava era a frustração perante tentativas de crescimento econômico falhas. Sobravam também lembranças da atuação impositiva dos Rondonistas, com discursos autoritários sobre a verdade, sobre o conhecimento real – ou seja, aquele que leva ao progresso. Decretado o fim do Regime Militar Brasileiro, em 1985, o Projeto Rondon fora abandonado, com corte de gastos progressivo até seu fechamento oficial, em 1989.

A retomada do Projeto Rondon se deu 16 anos depois, a pedido da União Nacional dos Estudantes, dirigida na época por Gustavo Petta<sup>9</sup>, responsável por formalizar o pedido. O mesmo afirma para a *Folha de S. Paulo*<sup>10</sup> que “diferentemente do anterior, que tinha um caráter mais assistencialista, hoje o projeto fará um diagnóstico para pressionar o presidente Lula a adotar medidas

---

<sup>9</sup> Atual vereador de Campinas pelo PCdoB, conhecido especialmente pela defesa da implementação do programa ProUni.

<sup>10</sup> BRASIL, Kátia. Presidente estréia avião e inaugura a nova versão do Projeto Rondon. *Folha de S. Paulo*, 18 de Janeiro de 2005. <disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1801200508.htm>>

permanentes para atender aos graves problemas sociais dessa região". O projeto seria administrado pelo Ministério da Defesa em conjunto com o Ministério da Educação, e os principais objetivos continuavam a permear o discurso de "conhecer a verdade do Brasil" e uma estrutura curricular quase igual à versão anterior, sendo que a única diferença significativa trata-se da autonomia maior das universidades e da duração mais curta de suas missões (não mais vinculadas a instalação de Campus, por exemplo).

O novo Rondon voltou ao Jequitinhonha em 2006, durante a operação "Minas Gerais". Em campo, pudemos notar que os residentes de Araçuaí recordam-se muito mais das ações do projeto na época da ditadura, já que o impacto do Campus na formação da cidade tornou o projeto parte da identidade e da memória local. Mesmo porque, a ação promovida em 2006, por alunos do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Viçosa visava resolver problemas pontuais de saneamento básico e houve pouco contato direto com a comunidade. A mediação neste momento acontecia de maneira mais verticalizada entre universidade e prefeitura.

Continua como um programa ativo até o presente momento.

### ***Inquietações conseguintes***

O lado doutor. Fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens. O bacharel. Não podemos deixar de ser doutos. Doutores. País de dores anônimas, de doutores anônimos. O Império foi assim. Eruditamos tudo. Esquecemos o gavião de penacho (ANDRADE, 1924)

A universidade revela-se cada dia mais como uma instituição em crise. Se sua proposição inicial fora a indulgência de cultivar o conhecimento em si mesmo e posteriormente transmiti-lo, a consolidação do capitalismo e as transformações resultantes da Revolução Industrial modificaram as matrizes sociais em que ela se alicerçava e voltou-a para o suprimento de exigências técnicas, modelando uma produção de conhecimento voltada à especialização e a divisão social do trabalho. Este processo é ainda mais intenso quando pensamos que os centros de ensino

superior nacionais são, historicamente, grandes herdeiros do modelo francês - que caracterizava a universidade como profissionalizante (PAULA, 2009) e “formadora de quadros necessários ao Estado” (SGUISSARDI, 2005, p. 276).

No caso brasileiro, há ainda a peculiaridade de se considerar na lei a universidade como política pública e como entidade democrática, um direito básico. Porém, numa lógica de mercado, uma corporação deve gerar retorno, o que manifesta uma contradição necessária em relação à concepção da universidade pública gratuita, direito do cidadão, dever do Estado: a pressão para um aumento da produtividade também penetra a atividade de pesquisa e docência. Substitui-se um ideal de qualidade pelo de quantidade, e Instituições de Ensino Superior (IES) da rede particular tornam-se um negócio lucrativo, na mesma proporção que a universidade pública encontra-se cada vez mais precarizada. A principal inquietação de um cenário como este é essencialmente sobre o papel da universidade e da pesquisa científica na atualidade, em que enfrentamos um período de ascensão do pensamento conservador e totalitário da conjuntura política mundial.

[...] A lista de preocupações é bastante longa: a interrupção da educação universitária livre; a retirada de investimento público direto para o ensino de humanidades e ciências sociais; a sujeição das universidades a um regime invasivo de controle governamental e de avaliação inquisitorial; as tentativas grosseiras de medir e de aumentar a produção acadêmica; a transformação da gestão autônoma da universidade por sua comunidade de estudiosos num modelo de gestão empresarial (comandada por uma classe de executivos altamente remunerados que supervisionam os professores)(...); a rejeição da ideia de que a educação superior pode ter um valor que não é monetário, ou que ciência, bolsas de estudos e investigação intelectual são importantes por razões não ligadas ao crescimento econômico. (THOMAS, 2011, p.1)

Considerando-se que “qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou *stricto sensu*, implica na utilização de meios materiais, que tem uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 2011, p. 21), compreendemos que a universidade, enquanto entidade formadora de trabalhador e esmero técnico-científico, também age territorialmente. O bacharelismo, fenômeno caracterizado pela hipervalorização do diploma e da universidade como meio de

ascensão social, deixou como herança a figura de um bacharel dotado de poder simbólico expressivo na região, pois “na vida pública, o prestígio do bacharel só era contrastado, nas comunidades do interior do país, pelo coronel, protagonista de fenômeno semelhante em termos de influência política, que foi o coronelismo.” (MEDINA, 2009. p.40) Este processo elucida a questão da manifestação de poder no espaço organizacional brasileiro por aqueles que usam de um capital social para validar o exercício de autoridade perante os desprovidos de distinções acadêmicas (FREITAS, 2011). Ao mesmo tempo que leva-nos a reflexão sobre o presente momento de declínio da soberania do diplomado, com o desemprego estrutural remodelando as estruturas hierárquicas e promovendo o esvaziamento de pensamento crítico no contexto de reprodução capitalista. Portanto, propor um raciocínio que desnaturalize a intencionalidade das ações regionais da universidade, por meio de um programa de extensão de amplo alcance, parece-nos pertinente para desvendar o corrente rumo das Instituições de Ensino Superior nacionais.

Como citado anteriormente, ao entrar em contato com o relatório de missões da Equipe dos Cobras, ficou-nos evidente a relevância da criação dos *Campi* do Projeto Rondon na década de 70, que funcionavam como apêndices de suas Universidades responsáveis, visava interiorizar (AMATO, 2015) de forma permanente os universitários do centro-sul nas regiões de interesse, numa espécie de locus possível de ajuste espacial colonizando o próprio território (HARVEY, 2005). Uma posterior visita à Araçuaí, nos deu material para depreender que a demanda por estudantes – atuando como pesquisadores e educadores – crescia na medida que a instalação de aparelhagem estatal no intento de modernização requeria a especialização do trabalho, visto que “o modo de produção capitalista orienta os métodos de ensino [...] cada vez mais para a prática” (MARX apud GAUDEMAR, 1977, p. 286). Relatos de jovens moradores locais juntamente com a leitura de relatórios de campo disponibilizados no site oficial do projeto levaram-nos a pensar se as recentes mudanças de abordagem, combinado com o discurso do desenvolvimento sustentável, caracterizaram diferenças significativas que destoam da percepção que os mais velhos, que vivenciaram o Rondon do regime militar, possuem em relação aos mais jovens – resultado de diferenciação determinada pelos diferentes instantes históricos.

Nosso interesse em seguir com os trabalhos de campo na região do Jequitinhonha, ao invés da Amazônia, firmou-se por aquela já mencionada relação do Projeto Rondon com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) na manutenção do Campus. Diferentemente dos outros campi que respondiam diretamente às Superintendências de Desenvolvimento, o convênio com a Codevale visava a proteção das manufaturas domésticas (LEITE, 2015) e cabia aos estudantes ali sites realizar diagnósticos sobre as condições da infraestrutura da região para atrair investidores públicos e privados, assim como capacitar os trabalhadores para que os mesmos fossem capazes de acompanhar as demandas que viriam com as mudanças desejadas.

Nos capítulos a seguir, procuraremos identificar se a reforma educacional na qual o Projeto Rondon se insere não se trata da busca pelo cálculo do valor do trabalho acadêmico, através de métodos de avaliação de sua qualidade por critérios produtivistas.

regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional [...] Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Da mesma forma que, ao realizar pesquisas quantitativas, o Projeto Rondon colabora com a produção científica nos moldes de laudos, capazes de orientar a exploração de recursos naturais tanto por parte do Estado quanto por parte de empresas privadas, ele também permite a exploração dos recursos humanos ensinando as populações a exercerem os ofícios demandados. A capacitação do profissional segue a lógica da divisão regional do trabalho (OLIVEIRA, 1977), ao mesmo tempo que contradiz a visão do tradicional, criando trabalhadores para uma economia que precisa ser quebrada para centralizar a acumulação. Acreditamos que há muito a ser desvendado sobre a região (OLIVEIRA, 1977) do Vale do Jequitinhonha a partir do estudo das ações do Projeto Rondon, tanto no período da ditadura, quanto na versão atual. Visionamos a possibilidade de desvendarmos

particularidades na realização de seu planejamento e especificidades em sua relação com a Codevale, a partir do processo de territorialização.

Debater a função da universidade na gestão territorial e suas particularidades de ação regional é fundamental para uma revisão crítica daquilo que desejamos fazer enquanto Geografia. O Projeto Rondon foi um marco da Ditadura Militar, e analisar as diferenças e similaridades entre sua forma em relação a seus períodos de atividade é importante para se analisar o que é ciência e como a mesma é significada em seu momento histórico, o que coloca essa pesquisa como mero "primeiro passo" de um leque de possibilidades de estudo e discussões a partir do aprofundamento do tema. Como ação de expansão universitária, permite-nos uma reflexão não apenas da forma com a qual aparece durante o processo e como atua, mas também como nós, pesquisadores, podemos refletir a partir dos nossos estudos e caminhar para uma autocrítica capaz de desvendar o que não conseguimos ver superficialmente durante o desenvolvimento da construção do conhecimento. A autonomia ilusória se coloca como consciência vanguardista, através de discursos de tecnologia, valorização individual e auto-gestão de projetos, que mascaram a nossa forma de reprodução cotidiana, caracteriza a forma com a qual o capitalismo torna-se identidade.

A partir das reflexões anteriores, das experiências empíricas durante o trabalho de campo em Araçuaí e do esforço em criar um arco comparativo entre as facetas que o Projeto Rondon assume é que assenta-se a presente dissertação. Buscamos uma crítica da ciência que exige a prioridade da totalidade evitando assim um procedimento lógico analítico em que o todo seria mera justaposição de componentes com lógicas independentes. Essencialmente, ambicionamos uma reflexão capaz de orientar a prática acadêmica em um percurso de revisão categorial.

Em suma, a partir da revisão bibliográfica realizada e dos dados recolhidos em análise documental, uma questão final conduz este texto: o que podemos desvendar da relação entre a universidade, a mobilização do trabalho e o planejamento regional a partir de uma investigação sobre as operações do Projeto Rondon na região do Vale do Jequitinhonha?

O esforço de sistematizar dados relativos à evolução histórica do Projeto Rondon não objetiva a produção de um trabalho estritamente descritivo. A qualidade da crítica a ser elaborada durante esta pesquisa, porém, depende de uma contextualização de suas origens. Entender sobre o discurso que motivou a criação de um projeto como este se faz necessário para entender as reais diretrizes do programa como um todo. A visão de progresso colocada desde as discussões iniciais que dariam origem ao Projeto Rondon é uma dos motores centrais do Estado-Nação, e, assim sendo, conceito chave para entender a territorialização do capital em sua totalidade – especialmente pelo caráter valorizador de mão-de-obra e pela instalação de aparelhagem estatal que suas ações realizavam. Entretanto, devemos pautar o debate não apenas pelos dados apresentados cronologicamente, mas pelos impactos particulares deste processo tão abrangente, que buscaremos compreender a fundo ao longo deste texto.

### ***Estratégia de redação***

Confessamos ter uma certa dificuldade para pensar em como construir esse texto de uma forma fluida. Porém, entendemos que aqui cabem decisões. Certamente, deve haver uma medida ensaística ideal de organização do texto, onde conseguimos tensionar a teoria junto ao objeto com muita precisão. Porém aqui, usamos a estratégia de partir do objeto e chegar na teoria, ainda que tentemos colocar ensejos de reflexão ao meio da informação organizada.

No primeiro capítulo, recorreremos à história e ao direito. Redigido em contexto de pandemia, onde as faculdades intelectuais estavam prejudicadas pela doença e pelo isolamento, assim como os recursos de pesquisa de campo limitados, tentamos fazer uma revisão documental. É válido ressaltar a quantidade de informações obtidas - e por isso, o cuidado na tratativa para não acabar sendo absolutamente descritiva. No segundo, tratamos de discurso sobre o objeto. Reunimos a perspectiva acerca do Projeto dos membros da gestão das universidades, dos estudantes, dos tecnocratas e da comunidade. Por fim, debatemos os aspectos teóricos metodológicos no último capítulo

## Capítulo 1 - Da “Geopedagogia” de Choeri às Regiões Geoeducacionais de Planejamento

Para muitos teóricos, a Geografia trata-se de um estudo da diferenciação espacial (HARTSHORNE, 1969). Acreditamos que a diferenciação, enquanto processo que busca a particularidade de uma área, numa sociedade produtora de mercadorias, também é hierarquização, permeada por disputas de poder que caracterizam uma relação de subordinação. Portanto, a diferenciação de áreas, ou melhor, a regionalização de um espaço, no caso brasileiro, é territorial, ou seja, político. Vale lembrar que a delimitação de uma região muda de acordo com a intencionalidade do pesquisador, que aqui confere destaque a apenas uma parcela da realidade. Para nossa argumentação, interpretamos região

não como uma dada área, com um caráter que a distingue de outras, porém a tomamos como uma relação social, histórica e geograficamente determinada. O modo de se reduzir as relações sociais aos produtos dessas mesmas relações condiz com o próprio processo efetivo de trocas de mercadorias, em que se abstraem as relações sociais que permitem a existência dessas mercadorias. (BOECHAT, 2009, p. 10)

Nossa concepção de região herda muito daquela abordada por Francisco de Oliveira em seu livro *Elegia para um re(li)gião*, em que o mesmo a define:

A região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico. (OLIVEIRA, 1977, p. 27)

Nesta obra, o autor elenca diversos pontos importantes para se entender as intencionalidades do planejamento regional; contrastando com o parecer de região e planejamento adotados pelos criadores do Projeto Rondon dentro da concepção de Geopedagogia. Para Choeri (1995), o planejamento serve para atenuar o dualismo, estruturando o espaço e distribuindo recursos; no caso do nosso objeto de estudo, acesso aos conhecimentos técnicos das universidades.



A Geopedagogia teria essa visão por objeto: interferir na organização do espaço geoeeducacional e através dele implementar as ações de potencialização das forças produtivas capazes de induzir, direcionar e consolidar as formas de desenvolvimento (...) gerando tecnologia implícita e explícita, deixando assim de receber das sociedades industrializadas e centrais simplesmente tecnologias por efeito de translação ou mera transferência. (CHOERI, 1995, p. 69)

Entender esse planejamento regional enquanto parte do pacote modernizador é perceber certas relações entre a sociedade, o Estado e a comunidade científica, enquanto validadora das práticas políticas. As contradições que tornaram a região centro do planejamento no Brasil expressam uma soberania incompleta, imposta através da violência e do conflito. O desequilíbrio dado por uma divisão espacial do trabalho consta como um efeito da racionalização da reprodução ampliada do Capital (OLIVEIRA, 1977). Por isso, perceber as particularidades deste projeto de integração a partir de uma regionalização do espaço brasileiro é necessária para se compreender que tipo de relações sociais se dão dessa divisão regional do trabalho.

Notamos que há uma contradição inerente à territorialização do capital pois na região as pessoas não estão expropriadas, representando para as metrópoles uma oportunidade de ajuste espacial (HARVEY, 2005). A maior contribuição que o Projeto Rondon oferece ao planejamento regional é a possibilidade de se levar, material e espacialmente, conhecimento técnico onde não tem. Promover a ida de estudantes a regiões carentes de infra-estrutura permite tanto uma avaliação da utilização dos recursos, gerando de propostas de aprimoramento, quanto a implementação de sustentação para a consolidação do mercado de trabalho local.

Vamos recorrer a particularidade histórica nacional para elucidar este ponto e trazê-lo para o consciente.

### **1.1 A educação à “serviço” da sociedade: a prática e a política no tripé “ensino, pesquisa e extensão”.**

A extensão universitária é uma das balizas das instituições de ensino superior em todo o mundo, considerada um dos três exercícios primários das

universidades, juntamente com o ensino e a pesquisa. O foco do pilar da “extensão” é promover a interação entre a universidade e a sociedade, e envolve uma variedade de atividades práticas que têm como foco principal atender às demandas e necessidades da comunidade que a cerca (CALDERÓN, 2003).

Em sua concepção mais idealizada, a extensão visa criar um espaço de diálogo e troca permanente e colaborativo entre universidade, enquanto instituição, e comunidade local, envolvendo professores, estudantes e pesquisadores em projetos e ações que possuam um claro retorno social concreto. Uma rápida pesquisa nos sites dos programas de pós-graduação da USP mostra-nos que os projetos aprovados e financiados como extensão são aqueles que envolvem alguma prestação de serviço dos estudantes para com o entorno. Vale ressaltar que, adiante, entendemos que existe uma relação direta entre a atividade de extensão e a existência material de um campus universitário.

Também é parte do discurso extensionista o desejo de transmissão e difusão do conhecimento produzido através da pesquisa para o público geral, de forma supostamente acessível e compreensível. Isso inclui a divulgação científica, a realização de cursos, palestras e oficinas abertas fora da universidade. Aqui é curioso enfatizar que considera-se a linguagem científica inacessível e sua tradução é necessidade democrática - numa espécie de prestação pública de contas do investimento realizado.

Outro propósito incutido no conceito de extensão é a integrar a teoria e a prática, permitindo a aplicação de conceitos adquiridos e debatidos em sala de aula em situações reais. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais, promovendo um ensino voltado para a técnica (GADOTTI, 2017).

Indo de encontro com as próprias formulações conceituais sobre o tema na elaboração do Projeto Rondon, por exemplo, entendemos que existe uma procura de valores iluministas calcado na evocação constante do conceito de cidadania e inclusão social: a “verdadeira” extensão universitária busca promover a cidadania ativa e a participação social (MOREIRA, 2014). Ela se preocupa em atender a

diferentes públicos, inclusive grupos em situação de vulnerabilidade, e em contribuir para a redução das desigualdades sociais. Ou seja, uma concepção mais “assistencialista”, que compõe um discurso moral acerca do dever cívico da educação, posto como ideologia.

Infiltrando-se na história da universidade, os primeiros esboços daquilo que poderíamos classificar como extensão universitária remontam ao período medieval, em que algumas ações filantrópicas isoladas se estendiam às classes vassalãs, justificadas pelo assistencialismo e pela religião (OLIVEIRA; GOULART, 2015). Estas primeiras atividades poderiam caracterizar um período, uma espécie de “pré-extensionismo”, mas que ainda não se configurava como aquilo que entendemos hoje como prática extensionista.

Foi apenas durante a Revolução Industrial que a extensão universitária se solidifica como composição significativa das atividades acadêmicas. O precursor deste processo fora a Inglaterra, e não à toa: as principais transformações das instituições sociais sob a luz do sistema capitalista aconteceram em berço anglicano. Num primeiro momento as atividades tratavam-se de conferências com apresentações para o público geral. Houve a criação da "University Extension Movement" (Movimento de Extensão Universitária) em meados do século XIX. Esse movimento visava levar a educação superior para além das grandes cidades, promovendo palestras, cursos e atividades educativas em áreas rurais. Com a crescente do setor industrial, também aumentaram as demandas por mão de obra, e coube aos universitários socializar os conhecimentos adquiridos com a parcela populacional excluída do ensino superior, além de realizar algumas prestações de serviços. Na universidade de Cambridge, docentes passaram a elaborar cursos para a educação de adultos - o que incitaria um pensamento de integração das universidades com a comunidade operária.

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos

os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

A extensão toma características definidas por meio dos universitários que adotam como missão ampliar os conhecimentos com cursos extensionistas, a chamada educação continuada, para bairros pobres, as classes operárias. Começa a entrar em cena a expressão extramuros. As universidades inglesas voltam-se às demandas sociais, deixando a “ênfase” na formação das elites para também atingir a população excluída do ensino superior. (MELO, 2010, p.35). Percebemos aqui uma contradição inerente ao conceito de inclusão, pois no modelo citado, geramos codependência - a classe operária não se apropriará da educação em si, mas do produto da educação. Ou seja, de uma espécie de aquisição de capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1985).

É inegável que a Revolução Industrial teve um impacto significativo na concepção teórica de educação, transformando tanto a forma como a educação era concebida e aplicada quanto o conteúdo e as habilidades consideradas necessárias para uma aprendizagem funcional. Trataremos brevemente de alguns desses impactos, para não nos prolongarmos nesse tópico.

Com o crescimento da industrialização, naturalmente aumentou-se a demanda por trabalhadores qualificados nas novas indústrias. Com qualificados, entendemos aqueles que sabem executar uma tarefa e aqueles que sabem gerenciar essa execução. Isso definiu a necessidade de oferecer uma educação mais prática e especializada - consequência da divisão do trabalho.

Nesse sistema produtivo, mesmo o trabalhador sendo transformado em trabalhador parcial, ainda era ele, com sua habilidade e rapidez, quem comandava o processo de trabalho

e determinava o ritmo e o tempo de trabalho socialmente necessários para a produção de uma mercadoria. Embora o trabalho estivesse em processo de desqualificação, ainda era o trabalhador, com a ferramenta, quem elaborava o produto. Esse trabalhador especializado necessitava de um longo período de aprendizagem — residindo aí os limites da manufatura, uma vez que sua base está calcada num elemento subjetivo, no trabalhador. Isto é, ela estava restrita pelo limite físico e orgânico, que impedia que a produtividade do trabalho aumentasse incessantemente, constituindo-se em sérios entraves ao desenvolvimento do capital. (BORGES, 2010, p. 167)

Façamos um esforço reflexivo para tematizar sobre a diferença entre educação e educação técnica. Pois a assimetria reside na natureza dos conhecimentos e habilidades adquiridos e nos objetivos associados a cada uma delas. A educação é um conceito amplo e filosófico, que se refere ao processo geral de aprendizagem e formação de uma pessoa ao longo de sua existência. Abrange a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e desenvolvimento intelectual, social, emocional e moral dos indivíduos. Portanto, a educação promoveria uma compreensão ampla e crítica do mundo, com capacidade analítica.

A educação técnica, por outro lado, concentra-se na aquisição de habilidades específicas relacionadas a uma profissão ou área técnica, preparando os indivíduos para o exercício de atividades profissionais, qualificando mão-de-obra, fornecendo treinamento prático e aplicado em um campo específico. Ou seja, desenvolve o trabalhador para a execução do seu trabalho - sendo um investimento em sua capacidade produtiva. Enquanto defendemos a educação como desenvolvimento geral e amplo do indivíduo, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e éticos, a educação técnica se concentra na preparação específica para o trabalho e para uma sociedade científica e moderna.

Está também na conta das mudanças originárias na Revolução Industrial a expansão do sistema educacional como um todo. A necessidade de trabalhadores alfabetizados e com habilidades básicas de cálculo levou a um aumento significativo no número de escolas e na taxa de matrícula (BORGES, 2010). A educação básica tornou-se um pouco mais acessível e obrigatória em várias partes da Europa, entendendo que uma sociedade industrial necessitaria de uma outra base de

conhecimento. Além do crescimento da educação básica, também criou-se as escolas técnicas, para atender a demanda de formação de trabalhadores especializados.

Podemos citar superficialmente algumas outras mudanças estruturais relevantes, que podemos analisar em Cordasco (1976):

- Rigidez moral traduzida em ode à disciplina e pontualidade, que são habilidades valorizadas nas fábricas e nas rotinas de trabalho industrial e foram cada vez mais aplicadas ao modelo escolar;
- Alterações no currículo educacional que priorizou ciências exatas, consideradas essenciais para o avanço industrial e o melhoria contínua necessárias para a nova economia.
- Novas metodologias de ensino, resultantes da criação de maquinário. Por exemplo, o uso de livros didáticos, materiais impressos e recursos visuais tornou-se mais comum. Também com a criação das bibliotecas públicas e seu regimento como direito do cidadão, corroboram para uma facilitação de revisão bibliográfica.

Já nos Estados Unidos, a extensão universitária floresceu na zona rural, visando auxílio da comunidade acadêmica para soluções de profissionalização e oferta de serviços técnicos - especialmente a partir da doação de terras que o governo forneceu a essa parcela populacional. Essa relação entre a disputa por terra e a educação no campo é, também, cultural (CONTE; RIBEIRO, 2017). Ganhou força a partir do final do século XIX, com a criação das chamadas "universidades de extensão", já em modelo de campis. Essas foram pioneiras em estabelecer um impacto territorial entre a universidade com a região, com uma dinâmica de nutrição de conhecimento e estimuladora de desenvolvimento, oferecendo cursos noturnos para trabalhadores, palestras abertas e serviços pensados para atender às demandas da população adulta e dos trabalhadores. Entendendo que estamos tratando de uma sociedade sem internet, a criação de um

campi para que a comunidade acadêmica tivesse um meio de acesso físico a diversas zonas regionais era fundamental para o propósito.

Seguindo a linha de que o conhecimento deve ser compartilhado, houve na França a experiência das Universidades Populares, em que a extensão se colocava como uma ponte de contato entre a necessidade do povo e a comunidade científica, visando novamente a difusão de conhecimento. Este movimento influenciou o caso mais peculiar de fortalecimento de um conceito de extensão universitária como fundamental para políticas de ensino superior: o da América Latina. A extensão latino-americana caracterizou-se como “revolucionária”, com origem no movimento estudantil de Córdoba (1918) na Argentina, apresentando resistência ao colonialismo europeu.

A Reforma de Córdoba (...) destacou-se pelos grandes progressos, principalmente, com relação à gestão universitária e autonomia política. Além disso, o movimento argentino deu início à discussão sobre a função social da universidade na busca de aproximar as relações da comunidade acadêmica com a sociedade. (MELO, 2010, p.38)

As concepções de extensão universitária aqui apresentadas influenciaram diretamente a forma que se construiu essa prática no Brasil. Diversos autores afirmam que todos os modelos, em certa medida, auxiliaram a constituição do extensionismo em nosso território, principalmente o norte-americano (MELO NETO, 1997). Por aqui, a extensão universitária começou a ganhar destaque no final do século XIX, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1920. Em seguida, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em Minas Gerais foi criada (1926) e executava os preceitos do modelo estado-unidense de prestação de serviços na área rural e busca pelo desenvolvimento regional, sendo uma das primeiras manifestações de extensão no Brasil. Porém, já haviam expressões “pré-extensionistas” desde 1911, na Universidade Livre de São Paulo (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

Só a partir de 1931, no Decreto Lei 19.851, houve a primeira referência oficial e legalizada de extensão, no Estatuto das Universidades, cuja finalidade era “à

difusão dos conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931), ou seja, difusão cultural.

Oliveira e Goulart (2015) reforçam que legalmente a prática de extensão se fortifica na década de 60 com a Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), que aborda a Reforma Universitária, estabelecendo a necessidade da divulgação do resultado de pesquisas para toda a comunidade, através de cursos e outras operações. Esse contexto promoveu o início de uma série de discussões sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa indissociabilidade “pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascida sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral” (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 272).

Durante o período militar, a extensão universitária ganhou muito mais corpo com a implementação do Projeto Rondon, e teve seu papel e abrangência regulados, junto à repressão política e à centralização do ensino superior pelo governo. A ideia de que o extensionismo, expressado pelo Projeto Rondon, estimularia o avanço da pesquisa científica e principalmente, na palavrinha “mágica” do mercado liberal, a inovação tecnológica: as universidades se tornaram centros de produção. Professores e pesquisadores realizariam estudos e experimentos que necessariamente levam a avanços científicos e tecnológicos cruciais para o progresso social, por exemplo, pesquisas para exploração de recursos naturais, química industrial e a metalurgia. Também se arquitetava o estabelecimento de parcerias institucionalizadas com a indústria: colaborações com o segundo e terceiro setor, em comunicação fluida entre a academia e o mundo empresarial.

Vale destacar aqui o entendimento da formação dos profissionais de “gestão”. Além dos aspectos técnicos, as universidades também começaram a oferecer formação em áreas relacionadas à gestão, como administração de empresas, economia e contabilidade. Se pensarmos em uma concepção Marxista, os gestores compõem um núcleo que nutre o espaço criado pelas relações jurídicas de propriedade e as relações sociais de produção capitalista baseadas na mais-valia.



(...) é curioso o fato de Marx ter diferenciado a inserção dos trabalhadores produtivos e improdutivos no campo da produção e tê-los considerados semelhantes no campo da distribuição, já que o provento de ambos é feito através do salário. Proletários e gestores compartilham unicamente da forma superestrutural de remuneração; com a fundamental diferença de, no primeiro caso, esta ser a incorporação resultante de um tempo de trabalho menor do que o despendido e, no segundo caso, ser a obtenção de parcela da mais-valia. (OLIVEIRA, 2008, p. 146)

No marxismo, a universidade desempenha um papel importante na teoria, mas também na estratégia revolucionária. O próprio Marx e outros teóricos reconhecem a universidade como uma instituição fundamental para a reprodução ideológica e social do capitalismo. A universidade é crucial na produção e reprodução da ideologia dominante, que sustenta e justifica as relações de poder capitalistas - a universidade contribui para a formação e a manutenção da visão de mundo burguesa, perpetuando as relações de exploração e alienação inerentes ao sistema. Podemos dizer, como uma provocação, que a universidade forma a elite burguesa, capacitando indivíduos para ocupar posições de poder e controle e se reproduzir nesta posição. Não apenas por formar administradores capazes de gerir negócios lucrativos, ou cientistas que desenvolvem produtos e técnicas, mas também na prerrogativa discursiva e ideológica.

Devo pontuar aqui que, apesar de essencial para a reprodução do sistema capitalista e também sua atuação inerente à modernização, a universidade também é um espaço de possibilidade para a crítica e a transformação social. Caso contrário, não estaria nesse exercício de escrita, e nem os leitores despendendo tempo e energia na tentativa de compreensão do meu argumento. Temos um terreno de luta política e intelectual, onde as contradições podem ser analisadas, debatidas e confrontadas. Enquanto locus de encontro, podemos nos aproximar e criar diálogos, se envolver em movimentos e lutas sociais, buscar a conscientização e a organização de quem está próximo para lidar diretamente com nossa realidade. A pesquisa acadêmica é também uma ferramenta para desvelar a realidade. É necessário trazermos a importância de uma pesquisa crítica, que investigue as

estruturas de poder, as relações de classe e as formas de exploração presentes na sociedade.

Lembrando da experiência argentina com a extensão universitária, existe a concepção de que através da aproximação com a comunidade é possível um canal de luta e transformação social. Entende-se que a academia deve estar intimamente ligada aos movimentos populares, buscando uma aliança entre estudantes, intelectuais e trabalhadores e essa integração pode fortalecer as lutas por justiça, igualdade e emancipação - despidendo-me aqui de palavras de ordem -, ao mesmo tempo em que contribui para a renovação da teoria marxista por meio do diálogo com as experiências concretas da classe trabalhadora e de revisitação de experiências particulares.

A mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1997) é o conceito chave capaz de destrinchar as incongruências que foram apresentadas ao longo deste tópico. Para Gaudemar (1997), o centro da questão está na contradição entre valor de uso e valor de troca, colocando o trabalho como estatuto do capitalismo; o trabalhador não tem outra opção se não se vender, ou estará fadado à penúria e à morte, por não dispor de meios de reprodução. Existe uma cadência nessa fala. Esta constatação já havia sido feita por Von Thunen ao criticar o salário natural de Adam Smith, resultando na utopia da justiça fronteira onde o trabalhador só se assalariaria se preferisse abrir mão de sua reprodução autônoma apropriando-se de uma terra, conforme mostra Harvey (2005). A liberdade posta como contrato é negativa, mesmo no que diz respeito ao estudante e seu trabalho complexo em formação. Não tratamos, portanto, de mobilidade apenas como fluidez, mas como relação social de produção.

Considerando que o universitário tem a qualidade de seu trabalho como potencial, numa sociedade onde o trabalho aos poucos é substituído por capital fixo 'cientificizado' (HEIDEMANN, 2004) e a necessidade de especialização deste para o pleno funcionamento da sua divisão, entendemos que ainda que a Universidade se qualifique como um espaço de encontro crítico, em seu movimento histórico que a coloca como parte da estruturação dessa sociedade industrial e moderna, ela é, na verdade, um mecanismo sistemático de produção e manutenção da técnica - e a

retórica da extensão universitária é o trajeto que concretiza e atua regionalmente nessa regulação. Portanto, de nada adianta uma universidade que tenha como princípio apenas “ensino” e “pesquisa” - faz-se necessário se reproduzir como instituição e agente, a partir da extensão.

## **1.2: O MEC, a Reforma Universitária e a “homogeneização” da Universidade**

A decisão de usar o termo homogeneização da universidade é arbitrária. Intencionalmente arbitrária. Traz consigo uma série de problemáticas e questionamentos que, certamente, em uma mera dissertação de mestrado não somos capazes de resolver.

Mas trazemos ela para tentar, mesmo que de uma maneira comedida, infundir o desejo de fazer uma proposição de análise territorial para interpretar o capitalismo enquanto totalidade concreta em processo - propondo aqui que uma hipótese sobre o processo de formação do capital que não é linear quando pensamos na concretização da própria circunstância de reprodução social, ou seja, a territorialização do capital (TOLEDO, 2008) que resulta em crise - ao contrário de que podemos sugerir, não homogeneiza o Estado e nem “progride” em relação a à uma sociedade “primitiva”. Como mencionado no capítulo anterior, entendemos que a institucionalização da produção científica é determinante nos projetos de modernização, e por isso, as reformas e investimentos nas instituições de ensino superior acontecem sempre em conjunto com programas de desenvolvimento econômico. Notamos o movimento de centralizar para regionalizar, em que o Estado força a racionalização sobre a contradição.

O movimento para regulamentar o Ensino Superior Brasileiro à luz das transformações na concepção de universidade já citada iniciou-se na Era Vargas, com o propósito de universalizar o ensino e tentar institucionalizar uma estrutura que comportava mais que a produção de alguns poucos bacharéis - trazendo escalabilidade para o projeto industrial definido pelo ritmo da metrópole. O Ministério da Educação (MEC) teve sua criação como parte de um esforço para modernizar a educação no país e promover uma “reforma abrangente” (SILVA, 2007). Em 14 de novembro de 1930, ele foi criado sob o título de “Ministério dos Negócios da

Educação e Saúde Pública”, por meio do Decreto nº 19.402. O novo ministério tinha como objetivo amarrar as políticas relacionadas à educação e à saúde, refletindo uma abordagem supostamente integrada e centralizada de governo. Destacamos outras reformas do ensino primário, secundário e universitário, bem como a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Aqui, entendemos que

Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado Nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado. (OLIVEIRA, 1977, p.75)

Em 1953, ocorreu uma mudança significativa em sua estrutura, tornando-o o MEC que conhecemos hoje: separou-se as áreas da educação e da saúde pública, que antes dividiam o orçamento para incentivo à pesquisa. Desde então, o MEC comanda a formulação de políticas e a coordenação do sistema educacional brasileiro. O ministério tem a responsabilidade de estabelecer diretrizes curriculares, promover a formação de professores, avaliar a qualidade da educação, gerir programas de financiamento estudantil, entre outras atribuições. Ressaltamos que a este ponto já estava maduro ideologicamente o discurso de que o progresso só é possível com o planejamento educacional.

A educação, talvez, tenha sido uma das traduções mais fiéis daquilo que o governo pretendia para o Brasil, em especial durante o período do Estado Novo instituído em 1937. Duas questões se colocavam para os governantes do que tangia à educação escolar: a regionalização do ensino e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 267)

Apesar de parte da esquerda intelectual da época desconfiar dos movimentos de avanço do Estado na centralização dentro das universidades, especialmente com as constantes intervenções diretas nas reitorias que ameaçavam a autonomia dos pesquisadores, ações sob o discurso positivo de modernização eram bem vistas.

No Brasil, programas desenvolvimentistas/modernizadores provocavam (e provocam) entusiasmo, em primeiro lugar, pelas flagrantes carências do país e pelo sentimento de atraso e frustração (...) atraíram audiência cativa, salvo na esquerda, desconfiada das intenções do governo e das instituições privadas americanas. Apenas do sentimento antiamericano e da consigna anti-imperialista, elementos-chave nas culturas políticas da esquerda, os projetos caros a tais grupos também dialogavam com os conceitos de modernização/desenvolvimento (...). Não deixou de haver, aí também, imbricada nos conflitos ideológicos do período, uma guerra de conceitos no qual se opunham (e às vezes se combinavam) desenvolvimento, modernização, reforma e revolução, cujos sentidos eram disputados pelos diferentes atores políticos. (MOTTA, 2014, p. 11)

Nota-se que a imposição de um modelo universal de instituição de ensino superior reproduzia uma lógica de equivalência, que geraria maior produtividade tanto na formação da mão-de-obra quanto na produção de pesquisas com retorno econômico.

Dando um pequeno salto e caindo diretamente na reforma universitária de 1968, que já fora produzida sob supervisão do MEC, reiteramos essa metamorfose que era fruto do esforço de verticalização do poder nas universidades, restrição da autonomia dos corpos docentes e controle das atividades estudantis (MARTINS, 2009). Podemos listar as principais mudanças (ou as que mais nos interessa), trazidas por este programa (SGUISSARDI, 2006):

- Criação dos cursos noturnos nas universidades, com o objetivo de atender à necessidade de conciliar o Ensino Superior com a jornada de trabalho;
- Implementação de um sistema de créditos, baseado no modelo norte-americano, para avaliar objetivamente o desempenho dos estudantes;
- Restrição da independência decisória universitária, com a nomeação de reitores por indicação do governo federal;
- Controle sobre a organização estudantil e limitação das atividades políticas dentro das universidades;

Paralelamente, iniciava-se um processo de fomento, sob a justificativa de aprimorar a gestão de recursos, à educação superior privada. Ao passo que o discurso era o de tornar o ensino superior mais acessível, o ensino superior público não parecia convergir para políticas de inclusão, muito pelo contrário.

O argumento da escassez de recursos não impediu que o governo militar criasse um eficiente sistema de fomento para a sua política de desenvolvimento científico-tecnológico, visando a formação de recursos humanos altamente qualificados. Num primeiro momento, o BNDE e, posteriormente, a FINEP passaram a fornecer auxílios financeiros às instituições públicas, por meio do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, criado em 1964, que muito contribuiu com a instalação inicial da pós-graduação. As universidades federais receberam recursos financeiros que lhes possibilitaram a edificação de novos campi universitários, a construção de laboratórios, a institucionalização da carreira docente etc. Estruturava-se, nesse momento, um modelo duplamente seletivo de universidade federal: no plano social, suas vagas passariam a ser ocupadas por um grupo restrito de estudantes dotados de razoável volume de capital econômico e/ou cultural; no plano acadêmico, procurava-se concretizar um elevado padrão de qualidade acadêmica, fundado na associação entre ensino e pesquisa, no interior do qual a pós-graduação exerceria um papel central. (MARTINS, 2009, p. 108)

A pós-graduação se solidificou como atividade central na universidade financiada pelo Estado, enquanto os incentivos criados para a ampliação de uma rede privada de ensino deveriam suprir o intento geral de qualificação gradual da massa da população. A prática de pesquisa, especialmente em ciências exatas, é a que gera mais retorno concreto do ponto de vista das transformações industriais e tecnológicas. A lógica se exprime em toda constituição das universidades públicas hoje, em que o professor é inerentemente pesquisador. Com a entrada de um novo subsídio para custear essa aparelhagem - vinda de investimentos externos -, concebemos um modelo com clara linha produtiva e cadeia que delimita diretamente a regionalização e a territorialização do capital enquanto regulação da categoria valor-trabalho.

Esta dissertação não é sobre os motivos políticos e históricos que culminaram no Golpe de 64. Tampouco precisamos explicitar o que o “anticomunismo” representa na década de 60, vivendo tempos que, com todas as suas particularidades, reproduzem muito do discurso daquela época. O entendimento que universidades promoviam o caos social, a arte baixa e ideias anti patrióticas, e que a escola ideal deveria ser um espaço de disciplina e ordem.

Pouco se fala sobre norma. E como a norma se entende mais como lógica do que como conservadorismo. A ciência técnica, por sua vez, é calcada em normas. Também em teoria, também em método. Mas a escalabilidade científica, pensando em um modelo produtivo, não é possível sem normas. E uma universidade, assim como os sujeitos que a compõem, precisam aprender a seguir regras.

Em 1966, o movimento estudantil voltou às ruas, e suscitou discussões entre aqueles que seriam os responsáveis por gerir essa pasta. Foi nesse contexto, que aconteceu o I Seminário de Educação e Segurança Nacional, com participação ativa de Choeri representando a Universidade Estadual da Guanabara (UEG).

O primeiro esboço do Projeto idealizado nas discussões do Seminário ocorreu como um trabalho de campo de estudantes de cursos de universidades cariocas, organizado por um professor de Geografia da UEG, para Porto Velho. Participaram alunos de Documentação, Medicina, Engenharia e Geologia. (AMATO, 2015). Durante a “Operação Zero”, os alunos fizeram atendimentos médicos, deram apoio às atividades do Batalhão que os acolheram, realizaram mapeamentos e documentação de processos.

A partir deste marco, outras operações foram realizadas, inicialmente, com mais autonomia das universidades. O retorno positivo dos órgãos do Exército fortifica a ideia do projeto, que foi ganhando mais corpo, investimento e estrutura ao passar do final da década - principalmente sob influência dos acordos MEC/USAID.

### **1.3 Educação estratégica: a herança da Usaid e a ideia de “povoamento tecnológico”**

A gênese de uma identidade nacional é fundamental para contextualizar a imposição de um Estado e a normatização do trabalho, em particular em um Estado nacional de origem colonial escravista, assim como é a base discursiva para a idealização do Projeto Rondon. Para que se exista o Brasil, deve-se existir um sentimento de pertencimento que caracteriza o brasileiro, um imaginário social (ANDERSON, 1986) que possa contrabalançar as diferenças materiais e culturais

de um povo, a fim de se conseguir maior obediência para com o Estado – que pensamos aqui como poder político do capitalismo (HEIDEMANN, 1983).

Sabemos que os séculos XVIII e XIX foram conturbados, com grandes transformações territoriais, principalmente no que diz respeito às fragmentações de grandes Impérios em Estados, justificadas pelos princípios de liberdade e identidade. Se para Hegel o fragmento só poderia ser organizado sob a luz da razão se fosse conscientemente porção de um todo, o Estado comprovaria o controle ético sobre esta parte, representando a liberdade concreta e igualitária no que tange sua relação com outros Estados autônomos. Entretanto, a assimetria entre os países, resultante da Divisão Internacional do Trabalho (LÊNIN, 1982) não conseguia esconder-se entre o discurso e a suposta equipolência defendida por Hegel. Ela se valida através da criação de um sentimento de vínculo ao território (RAFFESTIN, 1993).

Em 1987, Ratzel publica o célebre livro "Politisch Geographie", conhecido por sistematizar, pela primeira vez, os estudos sobre Estados Nacionais numa perspectiva espacial. Defendendo que há uma íntima ligação entre Estado e solo, valoriza uma percepção descritiva do espaço, exemplificando o que podemos chamar de determinismo geográfico. Mesmo com a evolução do pensamento geográfico ao longo dos anos, podemos notar que a Geografia como um todo, especialmente a Geografia Política, ainda pauta suas discussões direta ou indiretamente no conceito de Estado (RAFFESTIN, 1993). A Geopolítica, alcunhada por Kjellén e nascida no início do século XX, trazia consigo um conteúdo a mais: estratégias para se exercer o poder e justificativas para o neocolonialismo.

É importante admitirmos que a Geografia contribuiu, ao longo de sua evolução enquanto ciência, para o embasamento teórico da criação do Estado-Nação modernos, que se diferenciava do Estado Absolutista ao passo que rompia com o dogmatismo da igreja buscando uma imparcialidade empírica, tanto quanto usou de sua função descritiva para justificar uma Divisão Internacional do Trabalho (LÊNIN, 1982), sob uma ótica que mimetiza a lógica da renda da terra. O projeto geopolítico da Ditadura Militar fora elaborado com a intenção de se proteger as fronteiras nacionais, a partir de plano de arranjo territorial que, embora se



coloque enquanto prática política, preocupa-se em mostrar-se como cientificamente embasado – como por exemplo, pela proposta de integração nacional feita por Golbery do Couto e Silva em sua obra "Geopolítica do Brasil". Debater o papel do Estado Burguês na gestão territorial e suas particularidades de ação regional é fundamental para uma revitalização (HEIDEMANN, 1983) do caráter crítico da Geografia.

O Projeto Rondon insere-se no contexto apresentado pois une o militar e o pesquisador; a violência e a suposta neutralidade científica. O próprio título do projeto é uma denúncia desta pretensão de despertar o sentimento de nacionalidade, homenageando o Marechal Rondon, sertanista do Norte. Ele, de origem indígena, que ganhara notoriedade comandando diversas missões rumo centro-oeste, tornou-se uma das figuras públicas brasileiras mais influentes, sendo futuramente indicado ao Prêmio Nobel da Paz e recebendo inúmeras homenagens em seu nome. Não há dúvidas do porquê de Rondon ser tão prestigioso; sua imagem é tudo aquilo que o Estado-Nação quer defender.

O Projeto Rondon rivalizava explicitamente com as proposições políticas das esquerdas, desqualificando-as como utópicas e desconectadas da realidade nacional. Nesse sentido, as operações do Projeto – nesse momento realizadas em especial por estudantes das regiões Sul e Sudeste do Brasil – procuravam afastar os universitários das atividades contestatórias ocupando seu 'tempo ocioso' com viagens exploratórias e atividades de assistencialismo às comunidades do interior do país [...]. Segundo os militares, seria por meio das operações do Rondon que os estudantes conheceriam a 'realidade nacional' e exerceriam o 'altruísmo' e a 'convicção patriótica'. (AMATO, 2012, p.4)

Julgamos importante observar com um olhar crítico a promoção da relação direta de militares e estudantes com as pessoas contempladas pelo Projeto Rondon, considerando que a constituição de hierarquias é a base de relações de poder.

A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave; em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido. Exercido por quem? Por atores saídos dessa população que foi analisada antes do território. No entanto, esta prioridade não nos poupará das

acusações, pois rompe uma tradição bem estabelecida em geografia política. (RAFFESTIN, 1993, p. 129)

Para entendermos o que o Estado representa para o capitalismo, podemos retomar, como sugerido por Harvey (2005), a Marx, em *A Crítica à Filosofia do Direito* de Hegel, no qual se discute que o racionalismo do Estado sintetiza a sociedade civil como particular-universal, e sua prática política garante uma defluência de mercadorias no comércio internacional, como garantia da permanência de empregos, já que o trabalho é quase que um adicional da produtividade e poderia diminuir sua oferta dentro do contexto da Revolução Industrial, com o fim de determinadas manufaturas. Assim, surge uma necessidade de expansão, através da reprodução ampliada da mais-valia, transpondo-se sobre os territórios e reconfigurando-se em regiões os diferentes modos de produção e estratos sociais, embasado no trabalho abstrato mascarado de tempo médio: nasce um mercado global sob a lógica de reprodução do sujeito automático, em que o Estado é o guardião da identidade

A forma-valor deve ter uma consciência de Nação considerando seu caráter global, pois o Capital precisou do Estado para tornar-se hegemônico. Se tratando de Imperialismo ou da erosão da soberania do Estado, a política nacional, interna ou externa, não se trata de uma fase transitória, mas de categorias do próprio sistema social moderno (KURZ, 1999).

A educação desempenha um papel geopolítico significativo, que se refere à relação entre política, poder e território. Portanto, em condições onde as possibilidades de migração de capitais e trabalho complexo na metrópole aliviam a curto prazo a crise, a violência tende a se expandir em um processo de territorialização de novas terras pelo capital.

A função da educação na geopolítica pode ser entendida em diferentes níveis, com distintas perspectivas. É a partir dela que conseguimos fomentar a “cidadania” e identidade nacional: os sistemas educacionais podem transmitir valores, crenças e narrativas que fortalecem o sentimento de pertencimento, e promovem uma visão específica da história, cultura e identidade do país - também

na difusão daquilo que é produzido dentro da universidade como interpretação de Brasil. Podemos inclusive provocar, pensando na obra de Lacoste “Geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a Guerra” (1970), que é justamente por esse preceito que hoje nosso campo de estudo faz parte do corpo de disciplinas obrigatórias no Ensino Básico. Essa construção da identidade nacional é fundamental na estratégia de Estado.

Outra maneira de tematizar a relação entre as demandas de Estado e a educação é que esta também importa para desenvolvimento da competitividade econômica. Investir na formação de recursos humanos e na aquisição de habilidades relevantes para o mercado de trabalho “fortalece” o progresso. A educação voltada para a ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) é útil como uma maneira de promover a uma suposta inovação, e esvaziar o pensamento crítico de modo geral.

Para o criador do Projeto Rondon:

Em cada espaço geoeducacional em que se divide o espaço nacional e vivendo tempos sociológicos diferentes, caberá catalisar as forças produtivas indutoras da “aceleração evolutiva” no objetivo de se criar tecnologias próprias (...) dar-lhe funcionalidade, produtividade e direcionar seus impulsos, a fim de que se produza massa crítica de recursos humanos e de criatividade. (CHOERI, 1995, p.69)

Ou seja, para ele, não somente é importante a capacitação da mão-de-obra em si, mas fazê-la orquestrando-a com a segmentação territorial proposta, a fim de aprimorar e potencializar as forças produtivas. E sua obra foi fortemente impactada pela concepção norte-americana de educação e política, mas também pelo movimento de expansão territorial dado no contexto de guerra.

A geopolítica norte-americana tem abordado a educação superior de várias maneiras ao longo de sua história, mas durante a década de 60, viu a expansão da universidade como um instrumento para promover o poder e a influência dos Estados Unidos no cenário global (MCCLENNEN, 2006). Através de programas de intercâmbio educacional, estabelecimento de universidades e escolas no exterior,

influência nos programas educacionais de países em desenvolvimento e principalmente, através da indústria cultural, os Estados Unidos buscaram difundir sua língua, cultura, valores e bases do sistema educacional para expandir sua influência política e ideológica.

O modelo estadunidense de extensão universitária também reconhece a importância das IES na preparação para a defesa e a segurança nacional. Ou seja, na valorização da infraestrutura armamentista e no aparelhamento da violência. Isso envolve a solidificação de programas educacionais relacionados à defesa e à segurança, à pesquisa em áreas estratégicas e a formação de profissionais e tecnologias para atender às necessidades militares e de inteligência.

Foi então que durante nossas pesquisas sobre a influência do protótipo americano na criação e institucionalização do Projeto Rondon que nos deparamos com o conceito de "povoamento tecnológico", que, em muitas medidas, nos pareceu interessante tematizar junto ao conceito de Ajuste Espacial do David Harvey. Refere-se a disseminação e a implantação de tecnologias e infraestruturas em uma determinada região, com o objetivo de promover o desenvolvimento local. O conceito é frequentemente utilizado no contexto de políticas públicas que buscam impulsionar a adoção e o uso de tecnologias em áreas geográficas específicas.

O termo em si não possui um autor ou uma conceituação profunda e debatida academicamente, mas é uma expressão utilizada no contexto de folhetins de campanhas políticas estadunidenses. A ideia por trás do povoamento tecnológico é estimular a concentração e a disseminação de conhecimentos e tecnologias em uma determinada área, visando criar um ambiente propício para o surgimento de inovações, o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e a geração de empregos qualificados. Essa abordagem compõe um ideário para a criação de pólos tecnológicos, parques científicos, incubadoras de empresas, centros de pesquisa e outras estruturas que incentivam a interação entre IES, empresas, governo e sociedade. O povoamento tecnológico deseja atrair investimentos, estimular a formação de capital humano, promover a transferência de tecnologia e fomentar a relação entre diferentes atores.

Essa estratégia de desenvolvimento baseada no povoamento foi adotada também para distribuição populacional equiparável (MCCLENNEN, 2006) - com uma composição de diferentes graus de escolaridade porcionadas pela quantidade daquele tipo de trabalho específico que a produção local demandava. No entanto, sua implementação e sucesso dependem de uma série de fatores, como altíssimos investimentos em infraestrutura, políticas de incentivo e criação de um ambiente amigável ao empreendedorismo (ou seja, com isenções fiscais).

A história do povoamento tecnológico nos Estados Unidos remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando ocorreram avanços significativos em aparelhagem de infraestrutura, como instalação de eletricidade, redes de comunicação e produção automobilística. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do povoamento nos EUA, incluindo o crescimento industrial e o contexto da Guerra Fria (MCCLENNEN, 2006). Durante a segunda metade do século XIX, os Estados Unidos passaram por um período de rápido crescimento industrial, impulsionado pela expansão das ferrovias e o surgimento de indústrias como a siderúrgica e petroquímica. Isso impactou com uma demanda por tecnologias avançadas e especialistas qualificados.

As universidades aqui constituíram protagonismo. Instituições como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Universidade de Stanford, Universidade Carnegie Mellon e muitas outras concentraram seus esforços em pesquisa científica e na distribuição desses profissionais a partir dos programas de extensão universitária.

No início do século XX, o Estado também começou a desempenhar um papel ativo no fomento ao povoamento tecnológico. Em 1916, foi criada a Administração Nacional de Ciência (National Research Council), uma parceria entre a academia e o governo federal para promover pesquisas científicas e tecnológicas de interesse nacional. Após a Segunda Guerra Mundial essa parceria se intensificou, estreitando laços para a produção militar. O governo investiu pesadamente em pesquisa e desenvolvimento, estabelecendo agências como a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA) e a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), que mais tarde se tornou a base da internet.

Já no final do século XX, o crescimento da indústria de tecnologia da informação e comunicação (TIC) teve um impacto significativo no avanço da distribuição populacional. Regiões como o Vale do Silício na Califórnia se tornaram centros de inovação, atraindo empresas de tecnologia, startups, investidores e “talentos” de todo o mundo. Além disso, o governo dos Estados Unidos criou novas políticas de incentivo à mobilização ao interior, como benefícios fiscais para empresas de alta tecnologia, programas de apoio à pesquisa e desenvolvimento, e regulamentação da colaboração entre universidades e empresas privadas (MCCLENNEN, 2006). Hoje, os Estados Unidos ainda abrigam alguns dos principais polos tecnológicos, como Boston, Seattle e Austin. Essas regiões concentram empresas de alta performance, fruto da política construída sob tais preceitos.

Mas qual a intervenção do modelo de distribuição populacional baseada na criação de pólos tecnológicos adotada pelos Estados Unidos e a concepção do Projeto Rondon durante a Ditadura Militar brasileira? A resposta encontra-se na participação da USAID (United States Agency for International Development), que é uma agência governamental responsável pela implementação de programas e projetos de assistência econômica e desenvolvimento em todo o mundo. Tal agência foi criada em 1961 pelo presidente John F. Kennedy por meio da Ordem Executiva 10973, e é um dos principais instrumentos da política externa dos Estados Unidos para promover o desenvolvimento e os interesses nacionais no cenário global.

Em 1965, o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID), assinaram acordos que ficaram conhecidos pela sigla MEC-USAID com o objetivo de modernizar o ensino brasileiro por meio de convênios de assistência técnica e cooperação financeira dos EUA. (FREIBERGER, 2017, p. 1)

Em um contexto de Guerra Fria, em que os americanos buscavam conter a influência do bloco comunista e promover seus interesses econômicos, a agência foi formada pela fusão de programas de assistência técnica e financeira que existiam anteriormente, incluindo o Programa de Cooperação Econômica (ECA), o Programa de Ajuda Técnica (TCA) e o Programa de Assistência Externa (IAA).

Durante o período militar, a USAID atuou de forma ativa, financiando diversos programas e incentivando a tecnificação em várias áreas. Num primeiro momento e sob o discurso padrão, a USAID estava “particularmente preocupada” com a expansão do “comunismo” e via o Brasil como um país estratégico para conter sua influência na América Latina.

No campo dos direitos sociais, que abrange o direito à educação, foi firmada uma série de acordos com os Estados Unidos que ficaram conhecidos como os acordos MEC/USAID. Esses acordos, além da colaboração financeira, também atuaram no planejamento e na execução orçamentária da educação. (...) esses acordos teriam acentuado o processo de privatização do ensino e instaurado uma concepção produtivista da educação, valorizando a racionalidade a eficiência e a produtividade visando ao máximo resultado com o mínimo de dispêndio. (BOMBARDA, 2019, p. 265)

A presença da USAID no Brasil durante esse período foi abrangente e não impactou somente as políticas públicas de educação, mas também projetos de tecnificação agrária, infraestrutura urbana, planejamento econômico e desenvolvimento institucional. Foram financiados projetos para modernizar a agricultura brasileira, incentivando a mecanização, o uso de insumos químicos, a introdução de novas técnicas agrícolas e o desenvolvimento de culturas voltadas para a exportação. (BOMBARDA, 2019) Também houve financiamento direto, pelo programa “Aliança para o Progresso”, para a construção de estradas, portos, usinas hidrelétricas e sistemas de abastecimento de água, projetos de habitação, saneamento básico e planejamento urbano (RIBEIRO, 2006).

É válido mencionar que a mobilização de policiais e militares (muitos deles que, futuramente, tornaram-se fiscais no Projeto Rondon e intermediários do Projeto com a UNE) para a Academia Interamericana de Polícia (IAPA), localizada no Panamá, o que reforçaria o discurso ideológico de investimento para controle da esquerda em todos os âmbitos, inclusive nas universidades.

Essa concepção estratégica, em que os policiais compunham a primeira linha de combate, também era ensinada de maneira didática nos cursos e treinamentos destinados aos latino-americanos. Para auxiliar no trabalho de doutrinação

desses alunos, a Usaid financiou a produção de um filme para ser usado nos treinamentos, cujo título era exatamente The First Line of Defense. A película foi filmada no Panamá nos meses finais de 1963, com produção sofisticada e o uso de 1.500 figurantes, entre soldados americanos e panamenhos e estudantes latino-americanos da IAPA, a maioria dos quais fazia o papel de grevistas e rebeldes. Embora soldados americanos fossem usados como figurantes e atores, houve o cuidado de evitar o aparecimento de símbolos ou indícios que fizessem referência aos Estados Unidos. No filme, a concepção estratégica do programa policial da Usaid é desenvolvida com base no caso fictício da República de San Martin que, ameaçada por grevistas radicais e guerrilheiros castristas, ao final é salva do comunismo pela ação eficiente e combinada de forças policiais e militares (MOTTA, 2010, p.5)

Em relação ao Projeto Rondon diretamente, USAID foi uma importante inspiração, financiadora e colaboradora técnica. Como mencionado por Gurgel (1986, p. 114) “a concepção do campus avançado como um projeto da universidade em outras áreas geoeconômicas não é original, reproduzindo uma ideia do sistema de ensino superior norte-americano.”

Entendendo que o projeto de modernização entoado pelos militares na década de 60 dava ênfase na industrialização e modernização de setores-chave, o governo brasileiro buscou atrair investimentos estrangeiros, estabelecer parcerias com empresas multinacionais e implementar políticas que estimulassem a industrialização regionalizada. A divisão estabelecida de zonas “geoeducacionais” a luz da influência da USAID também conflui com criação de áreas de processamento de exportação, planejamento dos incentivos fiscais e subsídios para indústrias consideradas estratégicas em regiões também estratégicas. Não por acaso os campi do Rondon ficavam em pontos relevantes das rodovias que davam vazão para as principais áreas de extração mineral e vegetal, por exemplo. A contradição da formação regional, na forma de nacional, se coloca ao vermos o domínio do centro das áreas de expansão capitalista em direção à periferia do país. A criação de potências regionais escondiam um quê de falso, já que o poder perpassa em uma direção já pré-estabelecida. Do mais moderno ao mais rústico, do mais rico ao mais pobre, do proprietário e do assalariado.



Essa abordagem apelidada de “modernização conservadora” estava relacionada à busca de um desenvolvimento econômico baseado na industrialização, mas não necessariamente enfatizava o desenvolvimento autônomo de capacidades tecnológicas e inovação interna. A ênfase estava na importação de tecnologias prontas e na adaptação dessas tecnologias às necessidades locais, como pensada no modelo descrito anteriormente.

Não apenas a criação de política dos campi, mas o governo militar criou pólos de desenvolvimento em diferentes regiões do país, como o Polo de Desenvolvimento do Nordeste e o Polo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Essas regiões receberam investimentos da USAID. Vale destacar também o Programa de Integração Nacional, lançado em 1970, que tinha como objetivo integrar e desenvolver áreas consideradas estratégicas para o país. O programa envolvia a construção de estradas, a instalação de infraestrutura básica e a promoção de atividades econômicas nessas regiões.

Analisemos alguns artigos em particular do decreto que instaurou o Grupo de Trabalho do Projeto Rondon, n. 62.927/68:

Art. 1º. – Fica instituído em caráter permanente um Grupo de Trabalho denominado "Projeto Rondon" com sede na cidade do Rio de Janeiro, diretamente subordinado ao Ministério do Interior, **com a finalidade de promover estágios de serviços para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional.**

Art. 5º. – O Grupo de Trabalho e seu Núcleo Central serão presididos por um coordenador-geral de livre escolha do Ministério de Estado do Interior.

Parágrafo único – O Núcleo Central do Grupo de Trabalho reunir-se-á por convocação do coordenador geral na sede do Ministério do Interior ou em local diverso por ele indicado.

Art. 9º. – As atividades do "Projeto Rondon" serão custeadas com recursos proporcionados pelo Ministério do interior ou por ele obtidos, e constituídos de:

- a) créditos que lhe forem atribuídos;
- b) donativos, subvenções, auxílios, contribuições e legados de particulares;
- c) contribuição proveniente de acordos e convênios com entidades públicas e privadas;
- d) dotações que foram consignadas nos orçamentos da União, estados, municípios,

entidades para-estatais, autarquias e sociedades de economia mista;  
e) rendas eventuais.

Os dois primeiros artigos demonstram que num estágio inicial, o Projeto Rondon seria apenas aparelho do Minter. Caracterizou-se como ferramenta, não protagonista, auxiliando no recolhimento de dados e criando propostas de ação local, como soluções em infraestrutura e atendimentos imediatos. No terceiro artigo selecionado, podemos inferir uma tendência a deturpar-se este esquema, já que parte dos custos das atividades poderia ser fornecido por empresas do setor privado, o que reforça nosso argumento de que existiu nesse movimento um projeto racionalizado de territorialização, mediando a mobilização da mão de obra a partir da universidade enquanto instituição, contando também com financiamento internacional. O estágio mais avançado do Projeto Rondon caminharia em direção à regionalização da universidade enquanto política pública.

#### **1.4 As regiões geoeeducacionais brasileiras e o combate ao “dualismo”**

Wilson Choeri trata como se fosse uma conclusão lógica que o desenvolvimento é a chave de superação do dualismo. Ele faz uma definição muito sucinta do que esse conceito significaria logo no início do seu livro Geopedagogia:

O dualismo territorial caracteriza-se pela diferença entre suas áreas e zonas constitucionais, onde algumas delas não chegaram a atingir a velocidade inicial que dá origem ao processo de crescimento. (CHOERI, 1005, p.30)

Aqui, a concepção de dualismo remete a uma fragmentação desordenada, fruto direto da ação imperialista, que injeta capital em áreas de rápido retorno, pouco preocupadas em estabelecer um planejamento a longo prazo que comporte um crescimento organizado - o que atrasa o desenvolvimento brasileiro. É importante trazer essa visão de fragmentação, que, em alguma medida, difere de regionalização. A fragmentação do território é tida como consequência da má governabilidade, do mau uso de recursos naturais e das disputas políticas. A solução para a fragmentação é a integração nacional: o Estado se colocando no papel de universalidade e então, partindo de uma premissa de igualdade,

redistribuindo o espaço e planejando a região, com o objetivo de melhorar o aproveitamento das forças produtivas e criar um sistema funcional e organizado. O ponto mais curioso aqui de inflexão é a de a tematização da fragmentação resultando no dualismo como subproduto do imperialismo ao mesmo tempo que, contraditoriamente, desenhou-se um projeto seguindo o modelo norte americano sob o patrocínio da USAID.

As regiões ou espaços geoeeducacionais propostos por Choeri foram idealizados

objetivando atender às manobras geopolíticas internas que se impõe no espaço geográfico a fim de ocupar os vazios econômicos, incorporar efetivamente e vitalizar o amplo domínio, em grande parte do vazio do homem e da civilização fecundadora, que existe em alguns países e gerar e ampliar os impulsos aceleradores capazes de eliminar os dualismos territorial, funcional e social. (CHOERI, 1995, p. 114)

Sob a perspectiva de geografização (CHOERI, 1995) da educação, ele realizou a organização de sua metodologia a partir de três esferas:

- **Espaço Geoeeducacional de Ação Geopolítica:** Pensado para povoar e integrar, os espaços de ação geopolítica são aqueles em regiões estratégicas, como na proximidade de divisas, por exemplo, com o intuito de ocupação territorial e presença homogênea do Estado pelo Território;
- **Espaço Geoeeducacional de Planejamento:** Divisão para pensar políticas educacionais que atendam às demandas econômicas e industriais de cada região;
- **Espaço Geoeeducacional Polarizado:** Área de maior investimento em infraestrutura científica e tecnológica constituída pelo sistema educativo, sendo a base de captação de recursos técnicos e humanos e sua posterior distribuição;

Da proposta à operacionalização no programa de Campi avançado do Projeto Rondon, Choeri (1995) evoca a Lei nº5540/68, no art. 1o:

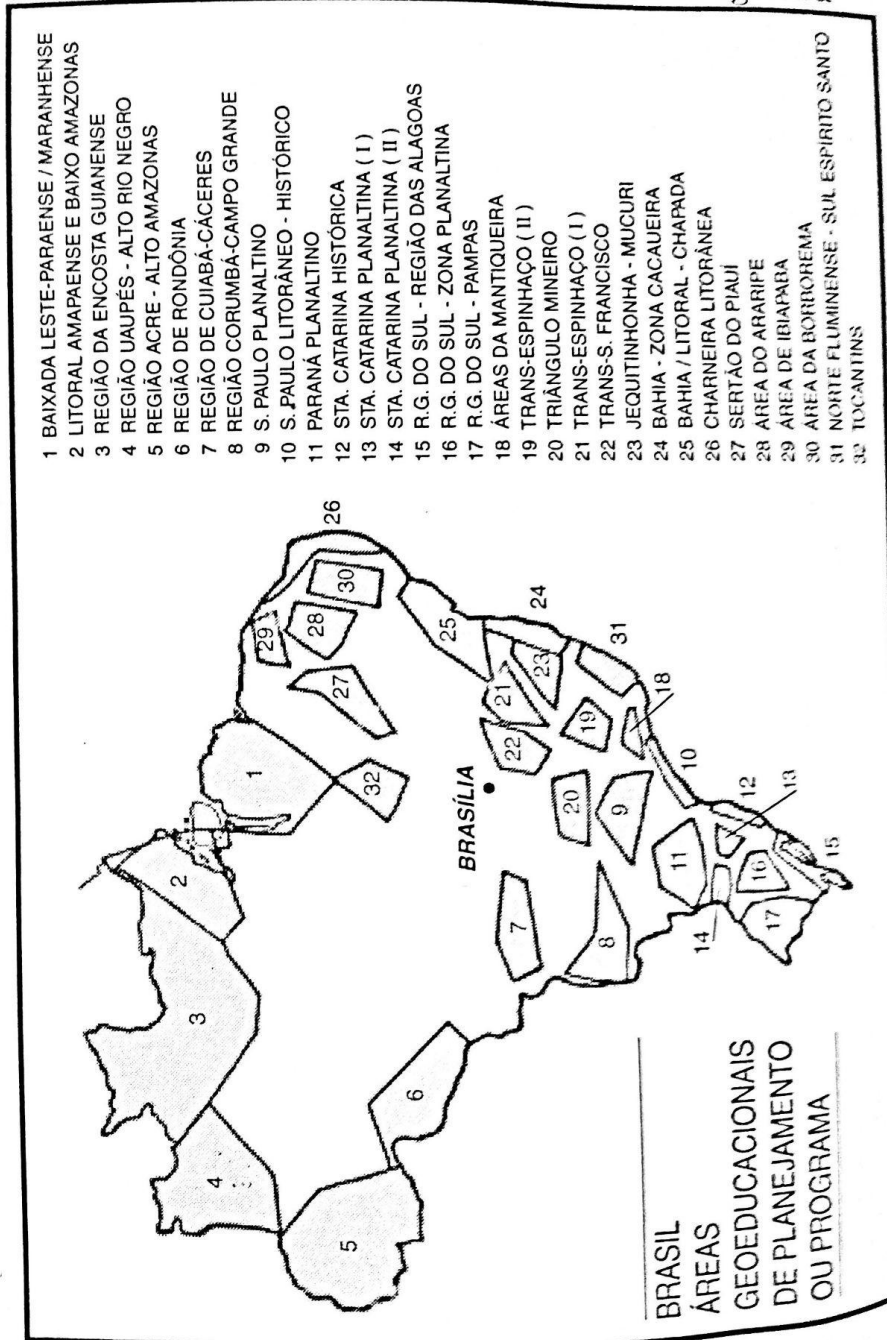
Art. 10 - O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do CFE, fixará os distritos geoeducacionais para aglutinação, em universidades ou federação de escolas, dos estabelecimentos de ensino superior existentes no país. (BRASIL, 1968)

Além dos Campis Avançados, fazia parte da proposta de Choeri ao MEC um Serviço de Interiorização Profissional (SINP), que foi submetido também como Projeto de Lei. Aqui já temos um projeto organizado que teria sua implementação iniciada na década de 70 - junto com a transformação do Projeto em Fundação.

## **FIGURA 2**

Projeto de Divisão do Brasil em Áreas Geoeducacionais de Planejamento

## Projeto de Divisão do Brasil em Áreas Geoducionais de Planejamento ou Programa

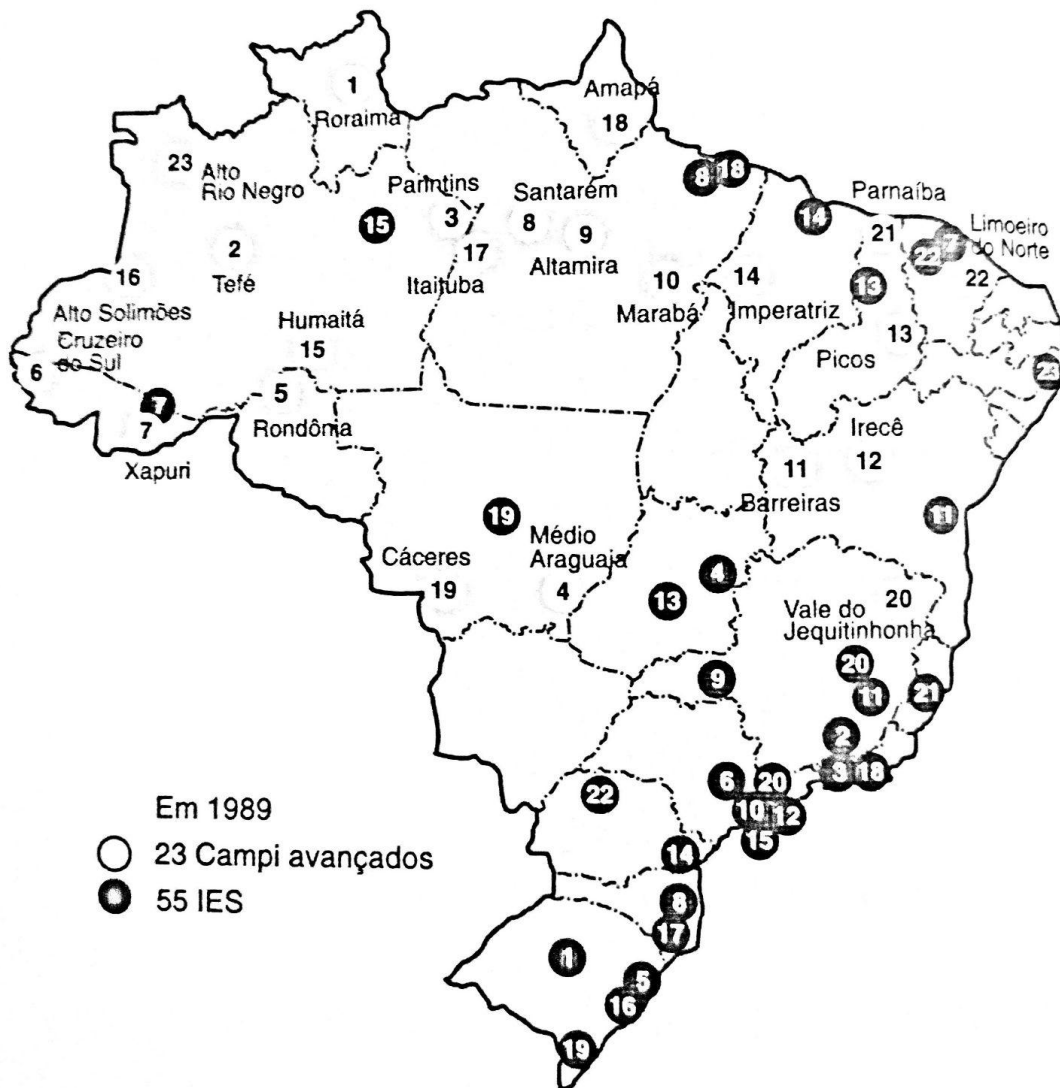


Fonte: CHOERI, 1995, p. 190

**FIGURA 3**

Mapa dos campi implantados e das respectivas Instituições de Ensino Superior

## CAMPI AVANÇADOS



**Fonte:** História Oral do Exército

A transformação do Projeto Rondon em Fundação junto à necessidade de implementação dos Campi tem um propósito. A utilidade da Fundação para o Estado é flexibilizar atividades que não se enquadram nas atribuições regulares dos órgãos governamentais ou para desempenhar funções específicas que requerem

uma estrutura mais adaptável e especializada. As fundações públicas podem ter uma gestão independente em comparação com os órgãos governamentais tradicionais. Isso facilita a tomada de decisões baseada em interesse privado e lavagem de dinheiro público. Além disso, fundações podem buscar recursos financeiros adicionais por meio de parcerias com entidades privadas, celebração de convênios, recebimento de doações e entre outros mecanismos. Sob a disposição, destacamos o seguinte artigo:

Art. 4º – Para o atendimento da finalidade estabelecida no artigo anterior, a Fundação terá como objetivos principais:

I - No Campo do Desenvolvimento e da Integração Nacional:

a) colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na organização, implantação e coordenação **de estágios de estudantes no interior do país;**

b) colaborar na execução da política de Desenvolvimento e Integração de órgãos governamentais e privados;

c) promover ou participar de programas de desenvolvimento comunitário com populações interioranas.

II - No Campo da Valorização do Homem:

a) promover com os estágios proporcionados aos universitários, o conhecimento da realidade brasileira, abrindo perspectiva para a interiorização e fixação de técnicos de nível superior nas áreas em que atuarem;

b) **desenvolver, junto às populações do interior, treinamento especializado de nível médio, incentivando o mercado de trabalho e o aprimoramento da mão-de-obra qualificada;**

c) promover, juntamente com os órgãos especializados, a abertura de novos mercados de trabalho;

d) promover a interiorização de técnicos de nível médio e superior em áreas menos desenvolvidas do Território Nacional.

III - No Campo da Pesquisa e Preparação de Recursos Humanos:

a) contribuir para a promoção, coordenação e realização de pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade nacional;

b) contribuir para a preparação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento;

c) assegurar, em regime de estágio, a participação efetiva de universitários nas atividades da Fundação.

Neste ponto, já percebemos uma mudança de chave discursiva importante sobre o Projeto Rondon, que torna-se uma política de estágio remunerado. É claro que desde o início entendia-se que a formação e mobilização de mão-de-obra neste

contexto possuía uma centralidade - inclusive, porque o discurso cívico também é um discurso moral sobre o trabalho. Porém, é nítido que em qualquer delimitação de região, ainda que entendida como abstração intelectual em relação aos propósitos da educação superior no país, trata-se na verdade de cerceamento à mobilidade do trabalho.

Os operários mais jovens - a geração que sobe - estarão tanto mais disponíveis quanto as suas dificuldades individuais forem menores. Único obstáculo potencial, única limitação às virtudes de adaptação das forças de trabalho do operário: Mudar de trabalho só o preocupa na medida em que toda a espécie particular de trabalho exige uma formação diferente da força de trabalho. A sua indiferença ao conteúdo particular do trabalho não lhe dá aptidão para mudar, por encomenda, as suas capacidades de trabalho. Daí surge a necessidade para o capital de instaurar uma formação profissional capaz de reduzir a rigidez que resulta desta constatação especialmente no que diz respeito aos trabalhadores qualificados (GAUDEMAR, 1997, p. 194)

Para organizar melhor o fluxo de trabalho e orientados pela metodologia de Choeri, foram definidos três programas principais como plano de ação:

**TABELA 1**

Programas e Subprogramas da Fundação Projeto Rondon

PROGRAMAS	OPERAÇÕES	PERÍODO
Programa de áreas prioritárias (PROAP)	* Operação Nacional ** Operação Regional *** Operação Estadual	* janeiro e fevereiro ** julho *** ano letivo
Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEX)	* Viagens de Estudos ** Campus Avançado * Seminário de Estudos Integrados	* ano letivo ** ano todo
Programa de Operações Especiais (PROESP)	* Trabalhos Técnicos com Órgão * Ação Comunitária	* ano todo

Fonte: SILVEIRA (1987), organização nossa.



O PROAP tinha como método a ação integrada, ocorrendo em locais onde já se encontravam em andamento projetos governamentais. A Operação Nacional e Regional são vistas como as primeiras etapas. São realizadas nas férias, e são o primeiro trabalho de campo do estudante. A diferença se constitui no campo de ação: a regional é no mesmo estado de origem do aluno e a nacional o leva para locais remotos. A repercussão dessas operações é negativa, visto o pouco tempo para a ação e a sua falta de substância. A Operação Estadual daria continuidade às anteriores, porém essa modalidade só durou dois anos. Mais de 11 mil estudantes participaram deste programa.

O PROEX é considerado o Programa mais bem sucedido da Fundação Projeto Rondon. Por possuir estrutura própria e fixa, pode realizar esquemas a longo prazo, projetos contínuos e duradouros, julgados mais eficientes. As atividades realizadas nessa modalidade dão pontos nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e ainda atribuem carga horária complementar. É vinculado diretamente às universidades que administram os campi avançado. A Universidade de São Paulo, por exemplo, era responsável exclusiva do campus de Marabá, localizado na região da serra dos Carajás, área que, como já citada anteriormente, possui um grande valor econômico para o país, ainda que a precarização do trabalho nas jazidas de minério a caracterize como uma região carente socialmente. Foram mais de 324 mil<sup>11</sup>estudantes a contribuir.

O PROEX pode ser pensado como uma colonização educacional, onde as diferenças entre áreas centrais de acumulação capitalista e regiões produtoras de mercadorias são observadas no "fazer ciência", que neste caso, pauta o trabalho.

O PROESP, por fim, é a política prática do Projeto Rondon em si. Dividida entre as Ações Comunitárias (compõe 1,57% dos participantes totais neste programa) e os Trabalhos Técnicos com Órgãos (avassaladores 98,43% das participações), totalizando cerca de 262 mil colaboradores, é este programa que realiza os levantamentos de dados para órgãos de planejamento regional. A participação é voluntária e dirigida por órgãos públicos ou conveniadas com entidades privadas.

---

<sup>11</sup> Os dados compreendem o período de 1967 - 1981. Fonte: SILVEIRA, (1987)

Uma nota interessante é que em 1977, Choeri promoveu críticas públicas ao Projeto no Jornal do Brasil, afirmando que o Projeto havia guinado para a burocracia e que, com isso, os serviços de pesquisa estavam encomendados e direcionados para as grandes cidades (AMATO, 2019). Membros do corpo diretivo acusaram o professor de ressentimento por estar afastado de um cargo de coordenação, já que o objetivo de integração nacional estava garantido e, nas palavras<sup>12</sup> do então ministro Rangel Reis, “se consolidou como a maior política de educação superior da história do país”.

## **2. A região geoeeducacional do Vale do Jequitinhonha**

O enfoque nos estudos regionais para as delimitações das áreas prioritárias para desenvolvimento e planejamento como um todo, incluindo as ações de interiorização do Projeto Rondon, apontavam o Vale do Jequitinhonha como um enorme desafio. A qualificação do norte mineiro como uma região em si data da década de 50, mas ao longo de sua história, essa área passou por diferentes ciclos econômicos (mineração, pecuária e agricultura) e foi marcada pela exploração intensa de recursos e pela presença de grandes propriedades rurais. O Vale do Jequitinhonha foi palco de violentos processos de expropriação territorial que afetaram povos e comunidades tradicionais (MONTEIRO, 2019). São notórias as disputas pela ocupação dessas terras, intensificadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista e da territorialização do Capital. Todo descritivo de área a caracteriza como inerentemente miserável, ignorando completamente as forças de organizações populares locais, muito influenciadas pela igreja católica e a teoria da libertação.

Para compreender as particularidades dos meios de subsistência na região, é crucial considerar a diversidade presente em sua paisagem física. O Vale do Jequitinhonha se destaca pela uma variada ecologia, abrigando biomas como o Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, distribuídos em capões, chapadas, grotas, capoeiras e matas. Tal configuração territorial moldou uma diversidade marcante, com cada localidade apresentando particularidades e formas distintas de organização social, todas elas influenciadas pelas características naturais do

---

<sup>12</sup> Rangel indica Projeto Rondon. Jornal do Brasil, 30 de Julho de 1977, 1º caderno, p. 15

ambiente circundante. Isso nos conduz a uma reflexão sobre a formação de diferentes meios de subsistência entre as pessoas e comunidades na região.

De acordo com Ribeiro (1997), até o final do século XX, os estudos sobre a região focalizavam apenas dois momentos cruciais em sua trajetória. O primeiro refere-se ao século XVIII, quando a mineração estava em pleno vigor e tornava a região uma das mais proeminentes do país. O segundo momento surgiu em meados do século XX, quando os diagnósticos para o planejamento e desenvolvimento regional do Brasil revelaram um cenário de baixo dinamismo econômico e uma elevada incidência de pobreza na região, conferindo-lhe a alcunha de "Vale da Miséria".

Essa abordagem histórica se baseia predominantemente em indicadores que enfocam a abundância ou a escassez de recursos econômicos, o que gerou uma lacuna no registro histórico entre esses dois períodos. Tal lacuna decorre da ênfase nas análises econômicas centradas nos ciclos econômicos, nos produtos de exportação e na renda gerada. No entanto, foi justamente durante a transição entre esses dois períodos que se forjaram os alicerces das principais interações sociais na região, moldando a atual configuração sociocultural do território e influenciando as estratégias de subsistência das famílias rurais locais. No século XVIII, o Vale do Jequitinhonha experimentou um significativo aumento populacional impulsionado pela atividade mineradora. Esta foi a principal razão por trás das primeiras ocupações na região e marcou o início da formação territorial do Alto Jequitinhonha. A descoberta de jazidas de diamante e ouro nesse período resultou na demarcação, pela Coroa Portuguesa, de praticamente toda a área que hoje compreende o Alto Jequitinhonha como o Distrito Diamantino. Este distrito permaneceu sob controle da Coroa por várias décadas, abrangendo a gestão de pessoas, transporte de mercadorias e transações comerciais.

No século XIX, devido à escassez de terras disponíveis e às secas frequentes, a ocupação de Jequitinhonha migrou das áreas próximas aos rios para as matas a leste. Esse deslocamento foi crucial na formação territorial do Baixo Jequitinhonha, ganhando impulso na transição para o século XX, durante a era da República. A ocupação do Baixo Jequitinhonha ocorreu em fases distintas e variou

conforme a localidade, sendo um processo mais gradual em comparação com a exploração das áreas de mineração do Alto Jequitinhonha. De acordo com Ribeiro (1997), essa ocupação foi marcada pela violência contra o meio ambiente e a população indígena já presente na região, resultando no desbravamento de uma mata densa e desconhecida.

A entrada na região do baixo rio foi inicialmente exploratória e desordenada, expandindo-se pela fronteira, com ampla liberdade para expansão e aquisição de novas terras. A abundância de culturas vegetais, árvores frutíferas e outros recursos da mata sustentou a população que avançou na área. A mistura de diferentes grupos étnicos, juntamente com a necessidade de aproveitar os recursos da mata para a subsistência ao longo da fronteira, resultou no desenvolvimento de diversas técnicas de extração, cultivo e processamento, moldando uma identidade sociocultural própria na região. A ocupação do espaço e dos recursos, por meio da agricultura e criação de gado, foi fundamental para a formação do território do Baixo Jequitinhonha, culminando na criação de fazendas que garantiram o controle da terra (RIBEIRO, 1997).

Para Ribeiro (1997), no início do século XIX, houve um estímulo oficial crucial para o deslocamento de populações para o Baixo Jequitinhonha. Isso envolveu a anistia de dívidas, a isenção de impostos, a proibição da escravização de indígenas e a concessão de terras aos agricultores que se estabelecessem na região. Dessa forma, diante da diminuição de recursos e riquezas no Alto Jequitinhonha, a exploração agrícola, mineração de pedras preciosas e a escravização de índios tornaram-se os principais motivadores da ocupação da região da Mata. Isso resultou na formação de uma nova população composta por garimpeiros, agricultores, líderes comunitários e proprietários de terras.

A pecuária assumiu um papel predominante no Baixo Jequitinhonha, impulsionada pelo crescente comércio com outras regiões do estado, assim como com a Bahia e a capital Rio de Janeiro. Ela desempenhou um papel central no processo de ocupação não apenas desta área, mas também do Mucuri. A substituição da mata por pastagens resultou na formação de pequenas cidades,

cujo desenvolvimento girava em torno das fazendas de gado. Este fenômeno perdura até os dias atuais, mantendo-se como uma das atividades econômicas primordiais da região. Nesse contexto, os escassos recursos providos pelo Estado brasileiro impeliram essas cidades a trilharem um caminho próprio, evoluindo de vilas pioneiras modestas no século XIX a centros urbanos mais robustos no início do século XX, com o estabelecimento de população estável, expansão de empreendimentos, prestação de serviços e comércio de mercadorias.

Podemos definir a década de 60 e 70 como marco para uma série de programas que, até hoje, evocam o discurso de desenvolvimento regional para justificar investimentos no setor agropecuário local, como a luz do nascimento da CODEVALE. Levando-se em conta os indicadores sociais e toda mítica de penúria que circundava o Vale do Jequitinhonha que ele estaria na lista de regiões contempladas por todos os pacotes de programas desenvolvimentistas que estavam sendo arquitetados na ocasião. Segundo o ex-Diretor do campi de Araçuaí, o Vale do Jequitinhonha foi escolhido porque

as Regiões do Vale do Jequitinhonha e Vale do Ribeira, em todas as classificações econômicas da época, inclusive nos famosos Planos Plurianuais de Desenvolvimento, eram consideradas de pobreza e de miséria, particularmente de miséria. Há uma diferença entre pobreza e de miséria, A miséria é uma situação ainda pior. A gente chamava de Bolsões da Pobreza. O Rondon, pela sua orientação, (...) de colocar a Universidade, o estudante e o professor em contato com essa pobreza, para o desenvolvimento nacional.<sup>13</sup>

Particularmente sobre a cidade que abrigou o Campus, durante o século XVIII, as terras correspondentes ao atual município de Araçuaí estavam vinculadas à antiga Comarca do Serro Frio e, posteriormente, ao município de Minas Novas. No século XIX, o Padre Carlos Pereira de Moura estabeleceu a Aldeia do Pontal na confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, um local ameno onde as canoas que transportavam mercadorias da Bahia e de Minas faziam escala. O local, frequentado por um grande número de homens, atraiu um considerável contingente de mulheres de vida pregressa. Contudo, o Padre, em discordância com tal circunstância, as

---

<sup>13</sup> História Oral do Exército, Projeto Rondon, Tomo III, fala do Professor Renato Hilário dos Reis, p.350

exonerou da localidade. Sem rumo definido, estas mulheres deslocaram-se ao longo das margens do rio Araçuaí e encontraram refúgio na Fazenda Boa Vista, propriedade de Luciana Teixeira, que generosamente cedeu suas terras às recém-chegadas, que ali se estabeleceram.

A “atração exercida pelas mulheres”, se podemos falar assim sobre as consequências do patriarcado, também conduziu os canoieiros ao local. Assim, a Fazenda progressivamente transformou-se em um arraial, batizado de Calhau, em virtude da abundante presença de pedras arredondadas na região. Com o tempo, o lugar ascendeu em relevância e foi alçado à categoria de sede de Distrito por meio da Lei Provincial de 13 de julho de 1857. A designação como Vila de Arassuay foi conferida em 1º de julho de 1871, culminando em sua elevação à condição de cidade, em 21 de setembro de 1871, mediante a promulgação da lei nº 1870, com o nome de Araçuaí. Este vocábulo possui raízes indígenas e traduz-se como "Rio das Araras Grandes".

Desde então, a cidade experimentou notável crescimento de infra-estrutura, se tornando um “pólo” do Jequitinhonha. A introdução da malha viária substituiu o transporte fluvial, tornando-se o principal meio de movimentação de ônibus e caminhões. Até o ano de 1891, Araçuaí deteve a posição de capital do Nordeste de Minas e sediava a ferrovia Bahia e Minas, atualmente desativada. Porém, podemos em certa medida considerar a instalação do Campus do Rondon, em 1973, um momento relevante para o desenvolvimento da economia local.

## **2.1 O Campus de Araçuaí na perspectiva do administrador**

Construímos esse pequeno memorial explicativo sobre o Campus do Projeto Rondon com entrevistas fornecidas por Professor Renato (Diretor do Campus) e Professora Geralda (Vice-Diretora) ao projeto História Oral do Exército - Edição Projeto Rondon, publicado em 2007 na Biblioteca do Exército.

O campus de Araçuaí inaugurou em 1973. Localizava-se num antigo Seminário Arquidiocesano. A entrega da instalação foi fruto de um convênio entre a

Diocese e o Ministério do Interior. O prédio abandonado foi reformado pelos próprios estudantes e assim, deu-se origem a estrutura física que receberia o Projeto Rondon nos próximos anos. Era um prédio simples mas estava em boas condições: uma cozinha industrial, um refeitório grande e quartos separados para homens e mulheres.

Com o tempo, fizeram em conjunto com a população local uma horta e uma cisterna, para armazenar a água e cultivar as hortaliças também nos períodos de seca. Esses legumes e verduras eram doados para a comunidade. Os estudantes de agronomia sugeriram a criação de um pomar - para demonstrar à comunidade que ali era um ambiente favorável à produção de frutas, já que o sabor adocicado delas possui relação direta com o calor.

O prédio contava com uma biblioteca que não era muito utilizada pela população, apenas pelos estudantes. Não havia telefone, mas a comunicação com a capital era realizada através dos rádios. A eletricidade havia acabado de chegar em 1975. Antes disso e ainda para boa parte da área rural, os lampiões e lanternas à gás eram a fonte de energia para os locais.

O primeiro trabalho da equipe ao inaugurar o campus foi a de visitar as organizações de moradores e as instituições de trabalho. Também foi elaborado um laudo técnico informando a situação das instituições de saúde, prefeituras e escolas. Também foi necessário estabelecer um relacionamento saudável com os coronéis. Renato reforça:

*Identificamos quais eram as famílias que historicamente mandavam na cidade e tínhamos o cuidado, inclusive, de, ao realizar um contato com determinada família, imediatamente fazer o contato com outra, para que nenhuma se sentiu desprestigiada*

No início, os estudantes do programa relataram muita resistência por parte dos residentes em aceitar a “ajuda” que os rondonistas ofertavam. A professora Geralda nos explica o porquê:

*Para a comunidade, toda pessoa que chega de fora é doutor. Isso é fruto de uma questão estrutural econômica. Justamente essa pobreza foi sempre objeto de muitas pessoas, para ascensão social. Usam a miséria para crescer, mas o pobre continua no mesmo lugar. Trata-se de uma região de muitos anos, que passou pelo ciclo da mineração, que passou pelo ciclo da pecuária de corte, proveniente da Bahia. Os seus habitantes foram, em todas as épocas, usados pelos ricos, e conseqüentemente, se mostram desconfiados com quem chega.*

Algumas pessoas formalizaram reclamações sobre a implementação do campus, alegando que além das arruaças que aconteciam com a presença dos estudantes, eles não eram capazes de entender o que de fato a região precisava. Após esse desabafo, fizeram uma reunião geral com todo o conjunto de professores e os representantes locais. A Vice-Diretora narra ser a pessoa que colocava os pés nos freios quando as ideias da administração do campus eram tidas como demasiadas “vanguardistas”.

*Era uma gente sofrida, acostumada a lidar com os políticos que iam lá, manipulam todo mundo, ganhavam o voto e nada realizavam pelo Vale do Jequitinhonha. Quando chegaram na Câmara Estadual ou Federal, esqueceram completamente a região. Só voltavam à comunidade na época da nova eleição; Nos associavam a essas pessoas!*

#### FIGURA 4

Rondonistas em Araçuaí, 1973





**Fonte:** Revista Puc Minas

A rotina de trabalho era variável e dependia do tipo de estágio realizado e em qual área. Em Medicina, por exemplo, existiam tantos alunos do sexto ano que realizaram seu estágio, mas também haviam residentes. A atuação profissional nos projetos eram aproveitadas no currículo de formação dos alunos. A importância desse programa de estágio em medicina foi citada na entrevista de forma recorrente - principalmente pelas parcerias com o governo do estado. Ainda na área da saúde, existiam estágios em Enfermagem e Nutrição - que atuavam em postos na zona rural, no hospital da cidade e nos postinhos de saúde.

Já na especialidade das engenharias, os trabalhos eram geralmente em conjunto com as prefeituras - o próprio processo de chegada de energia elétrica teve envolvimento com os programas de estágio.

Licenciados e estudantes de Assistência Social trabalhavam em ações diretas com as populações em situação de vulnerabilidade social, e também participavam de ações nas escolas. Um notório estagiário do Campus de Araçuaí foi Chico Pinheiro, hoje um dos âncoras da Globo. Ele fazia parte da divisão de Assistência Social, porém como comunicador, trabalhando na implementação de rádios e jornais locais.

Trataremos mais para frente uma menção do Professor Renato, acerca do convênio do campus com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, pois acreditamos que isso possibilitou uma ação mais efetiva da mesma na tecnificação agrária, já que contava com mais recursos humanos.

Quanto à organização administrativa, o que gerenciava o campus passava pela Coordenação Geral, que convidava e nomeava o Diretor e o Vice-Diretor. O Diretor havia de residir na cidade, e podia nomear o Diretor Administrativo, que era o prestador de contas.

O dinheiro chegava até o campus através do Banco do Brasil. A ordem de compra era para ser feita na região, assim estimulava a economia local. Renato menciona:

*Então o campus, em termos econômicos e financeiros, trazia grande benefício para o município ou conjunto de municípios em que ele atuava. Geralmente mensalmente uma grande injeção de capital de giro recebida, na época, do Governo Federal ou do Governo Estadual, mas, sobretudo, das pessoas que iam para o campus. Em nosso caso, eram pessoas de alto poder aquisitivo, ou seja, universitários cujos pais pagavam três, quatro mil reais de prestação na faculdade em São Paulo. Pessoas criadas no bairro dos Jardins.*

Pelo que o diretor narra em sua entrevista, existia um consumo relativamente alto por parte dos participantes do programa do Campus Avançado no artesanato local, o que fortificava e estimulava o crescimento das cooperativas. Renato e Geralda argumentam que a criação da Associação de Artesão do Vale do Jequitinhonha foi resultado direto da atuação do Projeto Rondon - onde os estudantes instruíam e notificaram sobre exploração de comerciantes que vinham de São Paulo ou Minas Gerais, compravam os produtos e depois vendiam a preços muito altos. Também reforçam a relação positiva com o Coral de Trovadores do Vale, cujos compositores e musicistas se reuniam no campo.

A fala acerca da importância do Campi na formação cultural da região de Araçuaí é sempre muito forte, e sempre colocada como um lugar de construção com outras figuras muito importantes na região do Jequitinhonha como um todo. Ao ser perguntado sobre as pessoas da comunidade que mais estabeleceram relações com os rondonistas, Renato comenta:

*No Taquaral, região de produção de pedras preciosas e semipreciosas, havia o Zé do Taquaral, que possuía uma influência enorme na comunidade. Cada turma que chegava para atuar no Taquaral passava pelo Zé; o seu Toninho, uma liderança do bairro de Olaria, que muito nos ajudou; a Zefa, que era uma artesã, também se ligou muito ao campus; uma artesã negra, Livia, hoje tem reconhecimento internacional, fazia o seu artesanato que*

*não era reconhecido pela população antes do nosso pessoal chegar. Aí, à medida que o grupo de São Paulo e Belo Horizonte passou a comprar esse artesanato, a população começou também a valorizá-lo. O Frei Chico, que organizou o Coral Trovadores do Vale, também nos ajudava. Pesquisava os cantos da região, e o Coral se encarregava de divulgá-los. Cantaram em nossa inauguração. A igreja foi uma parceira. No início, houve resistência, não queriam nem saber da nossa presença.*

## FIGURA 5

Feira de Arte e Cultura do Vale do Jequitinhonha



**Fonte:** Revista PUC Minas

*Quando chegamos, havia muito preconceito em relação ao campus. Naquela época, o povo não tinha nem luz, nem televisão. Havia a questão, muito discutida, da invasão cultural e dos valores éticos e morais. O pessoal da capital mantinha um certo ar de superioridade com relação aos que moravam numa zona rural. Sendo assim, tínhamos muito cuidado ao trabalhar com moças e rapazes, no que dizia respeito ao relacionamento que iam manter com as pessoas da área.*

Aqui, é interessante trazer uma reflexão acerca da relação entre indivíduos que se cria nesse tipo de projeto. Ainda que tenhamos sempre um olhar

desconfiado ao processo, a desconfiança deve ser, em primeiro lugar, relativa às instituições. A Universidade aqui não é só a universidade, mas também uma porção de indivíduos mobilizados. Independente de privilégios que possamos discutir dentro dessas relações, e principalmente, do poder que as permeia - também temos indivíduos transformados por uma experiência de relação direta e diálogo com outras pessoas. Destaco a seguinte fala:

*O estudante que eu recebia no Campus de Jequitinhonha era extremamente politizado. Participava da vida estudantil de sua universidade ou de sua faculdade, mas nasceu e vive numa realidade urbana. Assim, ao passarem esse período por aqui, muitos deles mudaram suas perspectivas de vida, de profissão e até de ramo dentro da própria carreira escolhida, à medida que conheciam as pessoas. Isso criava, principalmente no jovem, um desejo resoluto de mudar a situação. Muitos voltavam diferentes,*

Não pretendo adicionar aqui uma fala positiva, mas mostrar que as relações são contraditórias pois os sujeitos também são transformados diretamente na relação com o objeto. Mesmo que estejamos a tratar de uma política de territorialização, de mobilização de trabalho, de planificação e homogeneização do espaço, para todos nós que passamos a vida nas Universidades, também se deve oferecer o benefício da incerteza, da possibilidade de auto-reflexão e - voltando ao enunciado do Chico de Oliveira, dar-nos o benefício da possibilidade da paixão.

## **2.2 O Campus de Araçuaí na perspectiva do estudante**

Dando continuidade aos relatos que compõem a particularidade e elucidam as contradições do nosso objeto, trazemos trechos de uma conversa com um professor, que pediu para não se identificar. Trata-se de um homem de 62 anos que foi estudante universitário entre 1975 e 1976, vivendo no campus Araçuaí durante seu estágio em Geografia. Ele colabora com suas percepções sobre a vivência de estagiário e universitário paulistano em uma realidade que descreve como diferente da que vivia na metrópole.

*Durante anos, minha jornada acadêmica foi uma sucessão de salas de aula, livros e teorias abstratas. A faculdade prometia*

*nos preparar para o mundo real, mas não imaginava o que isso realmente significava até que me inscrevi para estagiar em uma região carente do nosso país, Araçuaí, pelo Projeto Rondon. Ao chegar à comunidade, a primeira coisa que notei foi o contraste entre o que eu conhecia e aquele lugar. Ruas de terra, casas precárias e uma atmosfera de luta diária preenchiam tudo. A falta de recursos era palpável, mas o que mais me impactou foi a resiliência das pessoas....*

## **FIGURA 6**

Expedição para o Projeto Rondon, 1974



**Fonte:** Blog Projeto Rondon

Conta-nos um pouco sobre o seu regime de trabalho. O mesmo relata que ajudou no mapeamento de fazendas nas regiões do entorno de Araçuaí, hoje denominados bairros de “Zeferino” e “Cândido Ramalho”. Ele estava alocado para este serviço de segunda até quinta-feira. De sexta, estava exclusivamente dedicado aos trabalhos voluntários diretamente com os estudantes de Assistência Social, incluindo aulas públicas de “moralidade cívica”. Ele nos relata que eram nesses momentos que ganhava confiança e intimidade com a população, que temia que seu trabalho implicasse na retirada de terras dos mesmos.

*Logo nas primeiras semanas, comecei a interagir com os moradores. Aprendi com eles a ouvir suas histórias e, aos poucos, fui compreendendo a verdadeira realidade que enfrentavam. Cada pessoa tinha sua própria batalha, suas próprias preocupações e sonhos*

*adiados pela escassez de oportunidades. [...] Conheci Dona Maria, uma senhora idosa que vivia com seus netos, assumindo a responsabilidade de criar e educar as crianças após a tragédia que levou seus pais. A força e amor que emanava dela eram inspiradores. Ela trabalhava incansavelmente para garantir que as crianças tivessem ao menos uma chance de um futuro melhor. Outra figura marcante foi Seu João-do-Lago, e falavam seu nome assim mesmo... um artesão talentoso que transformava materiais recicláveis em verdadeiras obras de arte. Ele tinha o dom de enxergar beleza onde a gente só via descarte. A criatividade e a habilidade dele eram um lembrete poderoso de que existe no mundo talentos ocultos! E com o tempo, eles foram entendendo que estávamos lá pra ajudar, e não para invadir.*

No campus, ele dividia dormitório com outros 5 colegas de turma. Todos os estudantes eram acordados às 6 da manhã para tomar café da manhã e então realizarem os treinamentos necessários antes de saírem para o estágio. Tratavam-se de dois: o primeiro chamava-se “treinamento específico” e era oferecido por um professor orientador do projeto que estava sendo tocado. Era uma espécie de aula que precedia a realização dos campos e do estágio, repassando aquilo que era necessário para a execução do trabalho do dia. O segundo era organizado pelo GTU, e competiam algumas disciplinas de cunho pedagógico para a tratativa direta com as pessoas e com os cuidados do campus. Essas atividades podiam ou não contar créditos - a depender das regras de cada instituição de ensino, às vezes as normais variam de departamento para departamento. No caso dos treinamentos técnicos, para nosso entrevistado em questão, cobriam créditos da disciplina de Cartografia.

*Cada dia no estágio era uma lição nova. Tinha um pouco de teoria mesmo. Aprendi bastante sobre mapeamento ambiental durante esse estágio, e era tudo feito de forma exaustiva. Naquele tempo não tinha drone, nem avião tínhamos. Fazíamos muita coisa na mão. Mas a gente aprendia muito falando com as pessoas. Foi nesse tempo que descobri que eu era professor....*

## **FIGURA 7**

Expedição para o Projeto Rondon, 1971





**Fonte:** Site UFMG

O relato nos indica que havia um grande número de interessados em atuar no Projeto Rondon, o que fazia com que cada IES pudesse decidir a forma de seleção dos estudantes. Certos momentos era a avaliação do histórico escolar do aluno, em outras poderia ser um sorteio. Além do período acordado como afastamento das atividades regulares para o serviço no Projeto Rondon, algumas instituições de ensino forneciam algum financiamento ao estudante, cobrando ao final um relatório detalhado das atividades como forma de avaliação. Além do relatório produzido para a universidade, os estudantes precisavam preencher relatórios também para a GTU fazer sua prestação de contas. Também era cobrado do estudante manutenção da infraestrutura do campus. Para finalizar a rotina de atividades, existiam reuniões semanais de avaliação continuada de cada projeto, organizada pelos docentes responsáveis. Os docentes, por sua vez, também eram avaliados pelo corpo gestor de cada Campus. Em relação a esse processo, nosso entrevistado relata:

*Ao longo das semanas, trabalhei junto com a comunidade para desenvolver projetos que pudessem melhorar um pouco a qualidade de vida deles. A gente foi com um projeto inicial pronto, proposto pela faculdade, mas chegando lá nosso professor mudou todo o projeto, para priorizar as áreas que os cidadãos julgavam prioritárias. Cada pequeno progresso era celebrado como uma vitória coletiva. E, com o tempo, percebi que o estágio não era apenas uma experiência profissional, mas uma transformação pessoal profunda.*

Em relação a interação da IES com a comunidade local, o homem nos descreve que foi um processo lento e progressivo, pois havia conflitos de interesse entre ambas as partes. Obviamente a comunidade não tinha clareza do que viria acontecer com a atuação das IES e muitos profissionais “líderes formais” sentiam seu prestígio ameaçado. Um exemplo mencionado era que, por vezes, “pessoas simples” da comunidade geram, sem querer e sem saber, esse tipo de conflito, quando declararam que gostariam de serem atendidas por um estudante do projeto e não por um funcionário público que até então carregava essa responsabilidade. Algumas “rixas” locais de poder emergem daí.

Ele também pondera a influência da Igreja católica e do bispo, que precisavam ser respeitados e com os quais nem sempre chegavam em um denominador comum. A influência da comunidade católica no Jequitinhonha era muito forte. Além disso, os “hábitos” do grupo de estudantes nem sempre eram bem recebidos pelos representantes da Igreja, e esses problemas de comportamento eram difíceis de serem controlados. Relata que com o passar do tempo, em que a participação foi aumentando e haviam evidências com o Campus Avançado auxiliava em alguns aspectos, a cooperação com a Igreja e também com a comunidade cresceu.

### **FIGURA 8**

Grupo de Estudantes, 1972





**Fonte:** Fundação Projeto Rondon

Ao ser questionado sobre o tipo de atividade que ele concebia ser a mais gratificante, o ex-Rondonista nos diz que o desenvolvimento de projetos culturais e a influência no desenho das políticas públicas eram o que mais o enchia de orgulho. Além do trabalho com os Artesãos, que foi o que mais recebeu notoriedade, havia também projetos com teatro, tutoria educacional, projetos de educação física, natação e jornalismo impresso. Para a criação do fomento à cultura local, o GTU disponibilizava 20 vagas em cada equipe, e a equipe atuava durante 5 semanas, em cada um dos subprojetos descritos anteriormente. Assim, mobilizaram cerca de 200 estagiários por ano, e pelo menos 15 docentes para a supervisão. O êxito desses projetos dependia do apoio administrativo das IES, para o deslocamento e a extensão dos contratos com os alunos, envio de materiais necessários (que dependiam ou da IES ou do GTU, mas para projetos culturais, o financiamento costumava vir das Universidades).

*A comunidade me ensinou a importância de se entender culturalmente, de não abandonar as origens e se embranquecer. É isso que queríamos em nossos projetos locais. Que eles não achassem que estávamos ali para apagar a memória deles ou apagar a cultura do Jequitinhonha. Queríamos que eles soubessem que levaríamos a cultura do*

*Vale para o resto do país. Graças a isso, levamos muita gente de lá para expor em São Paulo, ajudamos a crescer o mercado local e muita gente passou a sobreviver do artesanato graças às políticas que desenvolvemos em conjunto.*

É válido notar que, aquilo que já era feito como modo de vida ganha o corpo e o título de cultura a partir da chegada da metrópole na região. O Projeto Rondon teve uma grande participação na institucionalização do Artesanato regional, especialmente com o consumo das peças. A decoração do Campus era lotada desses artefatos, e os estudantes tinham orgulho de sua participação na movimentação da economia local. Não apenas do depoimento aqui resgatado, mas após mergulhos em diversas literaturas, entendemos que do ponto de vista do estudante, a colaboração com a criação de uma identidade cultural para o vale que qualifica a região para além de suas determinações geográficas e econômicas é uma das principais colaboração do Campus com a comunidade.

### **2.3 O Campus de Araçuaí na perspectiva da CODEVALE**

Trazemos aqui uma reflexão acerca da Resolução nº 1.069, de 24/09/1973, que regula o convênio entre a CODEVALE e o Projeto Rondon. A mesma firmou o acordo de implementação do Campus de Araçuaí e da cooperação entre ambas as instituições, em que, por acordo, além de fornecimento de estagiários, haviam acordo de financiamentos de projetos e auxílio diagnóstico. Cabia à CODEVALE também o apoio na manutenção do campus e das ações de implementação de infraestrutura. Segundo o Correio da Manhã<sup>14</sup> (1973) foi estabelecido, através do convênio, a disposição de 500 mil cruzeiros anuais.

O Projeto Rondon chegou ao Vale do Jequitinhonha já com o entendimento que existia uma percepção inerente ao Estado de que a região era sinônimo de miséria e pobreza. Não reconhecendo a diversidade cultural, econômica e de relações que as distintas áreas do vale abarcam, a leitura de que sua constituição é pura carência e isso que a caracteriza enquanto região parece ser o discurso padrão do Estado. A CODEVALE nasceu nessas circunstâncias diagnósticas (SERVILHA, 2012), sob essa premissa de resolução, e isso convergiu com a idéia

---

14

[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_08&pagfis=38378&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=38378&url=http://memoria.bn.br/docreader#) (acessado em: 18/02/2023)

de que para esse desenvolvimento, a universidade e o trabalho qualificado deveriam fazer-se também presente. Para Servilha, os sujeitos foram ignorados na construção do argumento.

Pensando na análise dos discursos que criaram a CODEVALE, Leite (2014) traz a leitura de resolução aos "desequilíbrios regionais", que parecem ser a perspectiva padrão e uníssona das agências tecnocratas da época. Ou seja, a na identificação de disparidades regionais que se tornam alvo da intervenção estatal, tanto na avaliação da eficácia das políticas de mitigação dessas desigualdades, quanto na formulação de políticas para solucioná-las, isso dependendo claro do olhar do pesquisador para o objeto, em sua proposição técnica que inerentemente torna-se também hierárquica.

Se o objetivo primário da CODEVALE era “desenvolver” o Vale do Jequitinhonha, nada mais natural que a intervenção do Projeto Rondon fazer-se necessária para a implementação daquilo que entendia-se como primordial para a possibilidade das ações. Com isso, muitos profissionais técnicos da CODEVALE acabaram sendo supervisores de projetos do Rondon durante o período de funcionamento do Campus

Foram realizadas reuniões periódicas entre membros do corpo técnico da CODEVALE e o GTU do Campus de Araçuaí. A rotina envolvia debates sobre a gestão administrativa, pelos recursos financeiros, pelo planejamento, pelo acompanhamento, pela avaliação das atividades executadas pelos estudantes, mas também pelos docentes e pela articulação com outras entidades estaduais. Dentre as atividades comuns, constituíam:

- Decisão sobre alocação dos recursos por projeto;
- Solicitação de um corpo qualificado para cada projeto desenhado;
- Estágios com remuneração parcial ou total, dependendo do regime de dedicação;
- Revogação dos contratos de estágio

Dispunham-se como objetivos do convênio:

- Impulsionar o crescimento econômico da região, aumentando a produtividade agrícola e gerando empregos na cadeia produtiva.
- Promover a adoção de práticas agrícolas modernas, visando a preservação do meio ambiente e a redução do impacto ambiental.
- Facilitar o acesso dos agricultores a tecnologias de ponta, capacitação e recursos financeiros para modernização de suas operações.
- Estimular a diversificação da produção agrícola, incentivando culturas de alto valor agregado e promovendo a segurança alimentar local.
- Melhorar as condições de estradas e vias;
- Mapear a região e identificar recursos;
- Implementação de uma rede de energia elétrica;
- Desenvolvimento educacional, fornecendo alfabetização para as comunidades locais
- Auxílio em projetos de fornecimento de energia elétrica;
- Criação de estações de tratamento de água e esgoto;
- Apoio ao sistema básico de saúde

Foi com o auxílio da comunidade acadêmica mobilizada pelo Projeto Rondon que a CODEVALE idealizou as escolas técnicas agrícolas, que formariam os trabalhadores rurais para uma agricultura mais tecnificada.

Os estagiários da CODEVALE fornecidos pelo Rondon desempenharam um papel crucial no “projeto” de desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, é importante reconhecer que o discurso por trás dessa mobilização apresentava os estágios como uma oportunidade valiosa para os estudantes aplicarem o conhecimento teórico adquirido na prática, e inseri-los no mercado de trabalho. Especialmente para os estudantes de Agronomia, havia um programa especial onde os mesmos poderiam sair já contratados. Porém, entendemos que os estágios tinham como foco beneficiar a CODEVALE e organizações locais, proporcionando acesso a uma fonte de mão de obra qualificada pagando um valor simbólico. Os estagiários poderiam trazer novas perspectivas, conhecimentos atualizados e uma abordagem “inovadora” para resolver os problemas da seca, por exemplo. A exploração de mão de obra qualificada através de contratos mais baratos também

se configurou como uma prática que desvaloriza o trabalho “jovem” e gerou um ciclo de precarização do trabalho. Alguns estudantes relatam uma jornada de trabalho integral com uma remuneração de bolsa, em troca da experiência e do dever cívico.

Finalizando esta breve reflexão, trago a fala de Leite (2014) que reforça que a questão regional surge no contexto de modernização retardatária no Brasil como fruto da “institucionalização” do Estado Nacional. Foi neste cenário de transformações capitalistas e modernização das relações sociais de produção que permitiu-se que esses projetos obtivessem o título de superação do "atraso" e do dualismo regional, e emergiu como discurso perfeito no contexto de mobilização do trabalho destes estudantes, que, em algum grau, além da disposição de seu trabalho, também estavam em contato com a comunidade, o que faz nascer uma contradição inerente ao modo de produção e exploração proposto, já que os estudantes poderiam inclusive se indispor, ou atuar de forma irreflexiva, mas não poderiam escapar de algum grau de vínculo e contato com aquele modo de vida específico, entendendo-se que nenhum trabalho poderia ser feito sem que existisse também uma disposição de tempo para a relação assistencial.

#### **2.4 O Campus de Araçuaí na perspectiva da comunidade**

Marieta dos Santos completou 76 anos em março de 2023. Nascida em 1947, tinha 26 anos e três filhos quando o Projeto Rondon chegou em Araçuaí. Estava grávida do quarto. E foi nas mãos de uma estudante de Enfermagem da Fundação Santo André que Daniel, hoje com 50 anos. Ela relata que parecia que seu filho foi entregue a ela por um anjo.

*A moça era muito bonita, nunca tinha visto uma mulher tipo as de revista, que tinham olho azul, parecia os anjos das imagens da igreja. Ela tomou conta do Daniel nos primeiros meses, porque eu fiquei bem debilitada, sabe? E precisava cuidar das outras crianças, minha menina ainda mamava.*

Marieta, conhecida por suas habilidades exímias na criação de bonecas artesanais, vivia numa casa compartilhada com mais uma irmã e com outros dois filhos. A mãe já havia morrido, assassinada pelo pai, e o pai nunca parou em casa.

A subsistência de ambas dependia do período. Por um tempo, Marieta viveu com o pai dos dois primeiros filhos, que trabalhava na roça. Ela não entendia muito bem o que era o Rondon. Dizia nem saber o que era “universidade”, e pois entendeu que era uma “escola de adultos”. Marieta não sabia ler ou escrever, e reforçava que, em sua época, só ia para a escola os filhos dos fazendeiros. Então, quando o Campus foi implementado, ela relata que não sabia o que aquele monte de gente da cidade estava fazendo lá.

Certa vez, sua colega Josefa contou que havia vendido muitos cestos de palha para uma mesma “doutora” da cidade, que frequentava a missa de vez em quando. E sugeriu que Marieta mostrasse algumas bonecas de cerâmica para a mesma. Dito e feito: a tal mulher, chamada Tânia, que fora supervisora do Campus orientando alunos de pedagogia, comprou uma grande quantidade de bonecas diferentes e a incentivou a vender na cidade.

*a mulher era boba demais (risos) pra que levar 10, 15 bonecas? Demorei um mês pra fazer novas... Mas vou te dizer menina, esse povo comprava tudo quanto é tipo de bugiganga. Em pouco tempo, a feira que era pequena virou um fuzuê danado!*

Seu filho, Daniel, por ser muito bebê nesta época, não se recordava de nada acerca do Projeto Rondon e do Campus em Araçuaí. Mas diz que existiam muitas lendas e histórias acerca desse período. Muitas “mulheres” engravidaram do pessoal da cidade e tiveram filhos, dito por eles, “meninos da capital”. Marieta volta a relatar que era um pessoal demasiado barulhento, apressado, que bebiam e fumavam muito e muitas vezes entravam em brigas. Porém, dizia que a parte boa é que eles gostavam muito de festas, e faziam várias pela cidade, que todos estavam convidados e acabavam entrando na brincadeira.

Apesar de ser uma ferramenta valiosa para a compreensão das complexidades culturais, a pesquisa em que sujeitos estão na forma de objetos não está isenta da discussão acerca dos diagnósticos dos “doutores” em relação à sociedade. Entendemos como possível uma análise crítica que não planifique o

sujeito? De acordo com Scholz (2015), é importante que haja essa consciência do pesquisador sobre os limites da imposição de um modo de vida a outro.

Dentro deste tema, notamos que sistematizar a entrevista com Marieta não seria tão funcional quanto achamos num primeiro momento. Não apareceu em sua narrativa que existia uma percepção organizada sobre o que significava um “Projeto Rondon”, e sim que existiu um grupo de pessoas com algum grau de diferenciação das demais na região que possuíam mais poder aquisitivo e com isso, movimentavam a cidade a partir do consumo local e de interações - tanto em festejos, quanto em ritos religiosos partilhados e relacionamentos românticos. A memória da comunidade sobre o projeto era uma memória coletiva sobre pessoas.

Um dos problemas mais recorrentes na pesquisa que busca olhar a particularidade é a tendência à objetificação dos grupos estudados. Isso ocorre quando os participantes são reduzidos a estereótipos ou vistos como categorias, perdendo sua humanidade e singularidade. Cada pesquisador traz consigo sua própria bagagem cultural, experiências e perspectivas. Esses preconceitos podem influenciar a interpretação da realidade estudada. De nossa parte, na redação desses relatos, e da parte dos Rondonistas, em sua relação como representantes da metrópole. A autoconsciência e a reflexividade são fundamentais para destrinchar essa contradição.

Em muitos casos, os estudantes têm mais poder e acesso a recursos do que os membros da comunidade estudada. Isso pode criar desequilíbrios significativos e gerar uma dinâmica de exploração. Ao mesmo tempo, que essa troca alimentou algum tipo de relação singular de subsistência conjunta. Estar ali era parte da formação dos estudantes, e os estudantes estarem ali contribuía para reprodução da vida daquelas pessoas.

Como Marieta mesmo revela:

*Não sei dizer se foi uma época boa ou ruim... acho que não teve muita diferença. Pelo menos pra mim não teve. Teve compra de bonecas e bastante barulho...mas hoje em dia tá assim, a gente vende as*

*bonecas, eles vão pra cidade, e agora com a faculdade aqui ainda tem muito jovem e barulho.....então tá igual*

À parte das particularidades encontradas da vida cotidiana, as mudanças trazidas pelo Rondon à comunidade local são vistas do ponto de vista do Estado. Algumas destas tiveram consequências duradouras na expropriação dos residentes do Jequitinhonha, mas certamente não são de simples atribuição aos Rondonistas. A universidade, na região, nada mais é do que um mecanismo do Estado-Nacional, e não possui o significado particular que nós, enquanto pesquisadores, atribuímos à ela. Quando o Capital territorializa a região, sequer aparece como capital. O que a comunidade enxerga é o Estado ou a ausência dele, dentro da dinâmica de poder que mobiliza o trabalho.

### **3. A universidade na Territorialização do Capital**

A constituição do capitalismo foi fortemente influenciada pela mobilidade do trabalho, o que permitiu que este se transformasse em uma mercadoria, ou seja, em “força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977) . Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial ao “valorizar” essa força de trabalho, preparando indivíduos para integrar o sistema produtivo, reproduzindo-se em tarefas e cargos específicos. Essa perspectiva destaca a importância da Universidade na reprodução e legitimação das relações de produção capitalistas. Ao instruir os indivíduos e capacitá-los para o mercado, a universidade contribui para o exercício de pressão salarial sobre os trabalhadores empregados, uma vez que a disponibilidade de uma grande quantidade de mão de obra pode limitar a capacidade dos trabalhadores de reivindicar melhores condições de trabalho ou salários mais altos, assim como a exigência de requisitos específicos na atribuição de cada função. Isso resulta em uma maior exploração da força de trabalho e em salários mais baixos para os trabalhadores em geral, especialmente dos não-escolarizados

Além disso, o exército industrial de reserva é um mecanismo que o sistema capitalista utiliza para manter a flexibilidade e adaptabilidade do mercado de trabalho às flutuações da demanda econômica. Em períodos de expansão



econômica, os empregadores podem contratar trabalhadores dessa reserva para atender ao aumento da demanda por bens e serviços. Por outro lado, em períodos de recessão ou desaceleração, esses trabalhadores podem ser dispensados e retornar à condição de desempregados ou subempregados. Além disso, ao enfatizar a mobilidade do trabalho, a escola possibilita que os indivíduos sejam flexíveis em termos espaciais e sociais, podendo se adaptar às demandas do mercado de trabalho em constante transformação. Isso favorece a produção de mais-valia, que é um conceito central na teoria marxista, representando o excedente gerado pela exploração dos trabalhadores. Portanto, segundo a visão de Gaudemar, a escola desempenha um papel fundamental na apropriação de um território pelo sistema capitalista.

Seguindo na discussão acerca da territorialização do capital, Raffestin (1993) considera o trabalho como uma forma de territorialidade, mas é essencial distinguir sua especificidade. Isso ocorre porque a territorialização do capital, ao transformar trabalho, terra e dinheiro em mercadorias via meios econômicos e não econômicos coercivos, tem um impacto significativo na soberania nacional.

A lógica capitalista se manifesta de forma universal, mas se expressa de maneira específica em cada território. No cotidiano da territorialização do capital, as particularidades simbólicas - tal qual conhecimento e educação - se materializam nas relações de produção. Em outras palavras, ao tentar superar a teoria da relação entre a base econômica e a superestrutura, o simbolismo material em circulação é uma força que impulsiona a vida, pois se constitui como relações sociais e práticas sociais reais. Essas relações são simultaneamente determinantes e determinadas pelas relações econômicas, já que os valores simbólicos em circulação são objeto de uma disputa entre a preservação, a transformação ou a eliminação do modo de produção. E tudo isso está intimamente ligada com a produção de conhecimento que valida tudo enquanto progresso lógico e garante a implementação da infraestrutura necessária dentro de um projeto modernizante.

Portanto, as relações de produção são influenciadas por uma lógica que opera de forma universal e é construída de forma processual. Esta territorialidade,

ao atravessar outras formas de territorialização, se integra com os aspectos históricos e locais particulares, naturalizando um modo de vida como verdadeiro.

Aqui, por um projeto de construção de unidade ideológica de estado posta como modernidade, não há possibilidade de execução sem a suposta homogeneização da instituição responsável pela produção científica e pela escolarização dos sujeitos. O conhecimento como um valor universal e como um direito do cidadão é transmitido via moralidade em um contexto que coloca como obrigação do estudante servir ao Estado. Por aqui, entendemos que todas mudanças implementadas durante o período militar na universidade brasileira, em especial o Projeto Rondon, carregam a necessidade de aparelhamento do Estado que só é possível com o trabalho dos tecnocratas.

Numa visão estadista, o controle do acesso à educação superior e à pesquisa científica, assim como a gestão da informação, são elementos cruciais para o desenvolvimento dos Estados e para a competitividade de mercado, como já discutido anteriormente. No entanto, na particularidade do cotidiano, onde homens e mulheres moldam suas vidas, a relação com a Universidade pode ser um instrumento de reflexão crítica, participação política, fortalecimento da cultura local e celebração da diversidade dos habitantes de uma região. Ao mesmo tempo, pode também ser uma ferramenta de poder em múltiplas facetas. A educação permeia as relações sociais, pois é um componente essencial da existência em sociedade; a Universidade desempenha um papel na organização do espaço, até mesmo como aquele que o projeta. No processo de inserção do capital em um território, a Universidade é uma dimensão geográfica palpável em si. Mais do que simples produtos ou reflexos da ordem econômica e das dinâmicas de poder, é por si só elemento constituinte dessas relações. Essa mesma perspectiva pode ser aplicada ao jornalismo, cujas narrativas são influenciadas por essas relações e, por sua vez, exercem influência sobre elas.

### **3.1 O “sujeito-pesquisador”**

Toda a discussão que se precedeu aborda o contexto territorial da universidade brasileira como faceta da metrópole urbana industrial. A prática

predominante nesse território é a força de trabalho em valorização do estudante como parte de sua formação. Esta é empreendida em colaboração com outros estudiosos, muitos deles politizados e de esquerda, e resultou em trabalhos acadêmicos e laudas técnicas. Esses são produtos concretos de um trabalho espetacularizado, que demandou um dispêndio considerável de esforço mental e físico, orientados por um determinado rigor científico.

Há uma falsa autonomia e a ossificação dos elementos sociais da riqueza, bem como a personificação das coisas e a reificação das relações de produção. Isso reduz o valor da mercadoria ao trabalho, sendo um avanço científico significativo. Smith destaca a capacidade humana de fazer contratos como um atributo específico que leva à acumulação de capital e apropriação da terra. Marx elogia a apresentação da contradição inerente ao objeto, enfatizando a igualdade jurídica e o poder de compra das coisas sobre o trabalho.

A perspectiva de Smith em "A Riqueza das Nações" (1996) enfoca a dinamização da força produtiva do trabalho e a ciência útil. O autor destaca a divisão do trabalho como geradora da invenção de máquinas, promovendo a interação entre o trabalho manual e intelectual. A produtividade aumenta com o uso de ferramentas mais avançadas. Aqui, o sujeito pesquisador, o sujeito universitário, é o trabalhador com sua força produtiva valorizada, se assenta enquanto contradição.

Smith, que foi um filósofo e ex-trabalhador universitário que eventualmente se tornou reitor, propõe uma teoria que explica o poder de compra refletido no preço. Ele argumenta que as horas de trabalho de diferentes trabalhadores não têm o mesmo valor devido às variações de habilidade e dificuldade. Para ele, suas próprias horas de trabalho são investidas no desenvolvimento de sua habilidade, o que resulta em uma teoria de capital que pode ser acumulado no trabalhador, aumentando assim seu poder de compra.

O intelectual atinge isso ao analiticamente reduzir o tempo de trabalho necessário para cada processo concreto de produção. A intervenção do dinheiro autonomiza os estágios do processo produtivo, tornando a finalidade principal a

geração de mais capital. Dessa forma, o que é considerado útil ganha uma avaliação objetiva e se torna a realização do sujeito no consumo.

O cerne da questão é compreender algo que a ciência econômica percebe como uma objetividade contraditória: a mensuração do valor das mercadorias em contratos. Os preços têm duas formas de medida: uma que é visível para qualquer pessoa comum, o preço nominal em dinheiro, que Smith denomina "palpável"; e outra que requer uma elaboração teórica por parte da ciência, o preço em trabalho, que representa o verdadeiro poder de compra e controle sobre o trabalho alheio.

É importante ressaltar que a formação educacional específica é um processo contínuo, representando a institucionalização do sistema escolar e a autonomização da prática educativa, o que por sua vez redefine a dinâmica territorial das metrópoles. Trata-se da especialização do conhecimento e da validação desse saber por uma entidade específica. Sem a intenção de abordar o argumento em sua totalidade, busca-se destacar os discursos de Smith, mas também de Marx, como expressões de uma evolução intrínseca à própria instituição universitária, que um deles personifica e o outro critica de uma perspectiva externa após completarem seus processos formativos. Essa instituição progressivamente se dedica a uma dupla finalidade, a produção de conhecimento científico benéfico para as nações (no sentido de Smith) e para seus representantes, muitos dos quais são profissionais instruídos nas universidades.

A aparente "autonomização", presente em cada setor criado pelo Estado nacional, se materializa através de uma série de esforços concretos voltados para assegurar a suposta neutralidade. Dentro desta instituição, a defesa da liberdade de cátedra, da pesquisa e, especialmente em nosso objeto, da extensão, juntamente com o apoio às políticas de inclusão e à garantia das condições de sustento dos trabalhadores em "formação", compõem a luta pela concretização desta autonomia. Contudo, é crucial destacar que, mesmo se essa materialização da universidade oferece espaço para uma certa imaginação crítica, sua incapacidade em desvelar o patriarcado enquanto produtor de mercadorias deve ser exposta como mera ilusão de autonomia. Esta não passa de um estágio na territorialização do capital e no movimento de redefinição de suas fronteiras.

A expansão da universidade está diretamente ligada à ampliação dos seus recursos de produção, englobando os meios de produção já existentes, os que ainda serão criados e o elemento crucial: a força de trabalho. O aumento no número de graduados em diversos níveis é impulsionado por argumentos acadêmicos que apontam para o desemprego como resultado da falta de subqualificação da mão de obra, clamando por um aumento no orçamento para remediar essa situação. No entanto, mesmo com a expansão universitária, a instituição não consegue solucionar o problema do desemprego, ao passo que contribui para o crescimento da produtividade do capital, suprimindo, assim, a necessidade de mais postos de trabalho.

Além disso, outra faceta peculiar do capitalismo em crise é a autonomização exacerbada na reprodução da sociedade baseada no trabalho, que acaba gerando uma superprodução de conhecimento científico. Este, por vezes, se apresenta como mais útil do que realmente é, especialmente à medida que os sistemas burocráticos avançam no controle da sua aplicabilidade. Não só a própria natureza da ciência se modifica, passando a buscar a aparência de utilidade em sua produção, o que se qualifica desde os primórdios da discussão sobre extensão universitária, como argumentamos anteriormente, mas também o consumo do conhecimento assume a forma de mera realização pessoal para o consumidor, levando muitas vezes à superficialidade nos estudos em detrimento da verdadeira compreensão do conteúdo. E o sujeito-pesquisador, numa esquizofrênica busca de identidade, não se entende como trabalhador na criação de “soluções” ou debates que, na realidade, regulam o valor da produção.

### **3.2. A mobilidade do trabalho complexo**

A compra e venda da força de trabalho ocorre no mercado como uma relação social entre comprador e vendedor. Marx destaca que a força de trabalho se torna uma mercadoria quando é colocada à venda pelo seu possuidor. O mercado representa uma das várias relações que compõem o Capital X Trabalho. De um lado, há o vendedor que oferece sua força de trabalho; do outro, o capitalista a compra para controlá-la no processo produtivo e extrair mais-valia. Além disso, há

outra relação social na acumulação do capital entre o capitalista e o camponês ou membro de comunidades tradicionais, envolvendo a venda do produto cultivado e coletado, gerando renda para o capital. Essas duas relações são cruciais para entender as mudanças históricas na fase reestruturada do capital e sua expansão territorial na produção de valores de troca.

O mercado representa um espaço geográfico onde ocorre o processo concreto e histórico do trabalho no sistema capitalista, sendo central para a (re)produção do capital. Isto implica que é justamente no mercado em que se desenrola o conflito de classes, conforme Marx, estabelecendo uma relação entre as classes sob o princípio de "possuidores iguais de mercadorias". Tanto o possuidor de dinheiro (comprador) quanto o possuidor da força de trabalho ou do produto do seu trabalho são legalmente considerados iguais. Essa suposta igualdade econômica também se manifesta formalmente na esfera política, sob a jurisdição do Estado, refletida em leis e políticas que garantem a propriedade privada das mercadorias e suas trocas. Essa igualdade, como argumenta Marx, é o alicerce positivo da liberdade no contexto burguês, visto como um direito humano que perpetua o indivíduo confinado a si mesmo, na qualidade de proprietário de propriedade privada.

A liberdade positiva é a afirmação formal da pessoa livre que coloca sua força de trabalho como mercadoria, sendo um dos pilares no processo de produção e exploração da força de trabalho, visando a transformação do dinheiro em capital (GAUDEMAR, 1977). O segundo ponto se refere à liberdade negativa, marcada pela histórica expropriação dos meios de produção e do próprio trabalho, bem como a integração e/ou destruição em diferentes graus dos vestígios de outros modos de reprodução, com o propósito de gerar valor e acumular capital. A característica principal desse processo é a produção de indivíduos desprovidos das condições essenciais para sua subsistência, levando a duas formas de exploração: a primeira baseia-se no sujeito que possui apenas sua própria força de trabalho para vender; a segunda provém da venda (renda capitalizada da terra) do produto de seu trabalho na terra ou nos recursos naturais (mineração artesanal, artesanato, turismo).

A contradição da liberdade está intimamente ligada à mobilidade do trabalho

e se manifesta por meio da subordinação das capacidades humanas que geram valores de uso. Portanto, a transação de compra e venda é mediada pelo valor de troca, o que converte qualquer forma de mobilidade no capitalismo em uma mobilidade imposta (GAUDEMAR, 1977, p. 17).

Assim, todas as transações envolvendo a venda da força de trabalho livre ou dos produtos do trabalho na terra ocorrem na esfera da circulação, ou seja, no mercado que concretiza os movimentos e processos pelo espaço geográfico, desde a produção de mercadorias até a realização de seu valor de troca. Desta forma, as mercadorias representam o resultado das condições de produção materializadas na divisão territorial do trabalho.

A força de trabalho se insere na dinâmica da mobilidade forçada por meio da prática da liberdade positiva. Esta abordagem encontra-se embasada na decisão do sujeito, que aparentemente escolhe de forma racional seu local de trabalho e aceita as condições de venda de sua mercadoria. Ao falarmos especificamente do nosso objeto de discussão, que são os estudantes mobilizados para a região, com seu trabalho em processo de “valorização”, o estranhamento é justamente resultado da aplicação da liberdade negativa, fundamentada no poder exercido pelo modo de organização espacial do capital, que consegue assegurar a exploração do trabalho.

Isso implica, para Gaudemar, que a mobilidade e controle do trabalho incluem não apenas os deslocamentos dos trabalhadores para os locais de trabalho, mas também englobam as condições que intensificam a produtividade, além das exigências de qualificação e profissionalização (formação e educação).

Nesta relação desigual de troca entre o capital e a força de trabalho, destaca-se a capacidade de mobilidade. Para o primeiro, a mobilidade garante a capacidade de buscar as condições para sua valorização e reprodução. Para a classe trabalhadora, a mobilidade representa a capacidade de reproduzir suas condições mínimas de existência, seja ao buscar empregos, se adaptar à polifuncionalidade, trabalhar em sua propriedade ou buscar a qualificação necessária.

Ao introduzir os conceitos de trabalho simples e trabalho complexo, que correspondem, respectivamente, ao trabalho menos especializado e ao trabalho mais especializado, Marx em sua teoria aprofunda essa discussão e corrobora com a hipótese que levantamos nesta dissertação. Ele ressalta a relevância da informação e do conhecimento incorporados no processo de produção, que é simultaneamente um processo de trabalho e de criação de valor.

De acordo com Marx, dado que o valor de um bem está ligado ao tempo de trabalho investido na sua produção, é crucial que o trabalho abstrato seja considerado como um trabalho simples, ou seja, um trabalho que é uniforme e não diferenciado, em detrimento das particularidades individuais dos trabalhadores e das distinções qualitativas associadas ao trabalho concreto. Já trabalho complexo é executado por uma equipe altamente qualificada, cujos membros passaram por um processo de aprendizado especializado (tido em uma instituição educadora - normalmente, universidade). De acordo com essa perspectiva, o trabalho complexo pode ser visto como uma extensão ou multiplicação do trabalho simples.

No entanto, ao enfatizar a relevância da informação e do conhecimento nas tarefas laborais dentro do sistema capitalista de produção, Marx percebe que a fragmentação das atividades que compõem o processo manufatureiro estabelece uma estrutura social de trabalho que distorce os trabalhadores, confinando cada um deles a uma parcela específica da ocupação. O corpo coletivo de trabalhadores que forma o núcleo operante da manufatura é composto, portanto, por indivíduos especializados e restritos. Dessa forma, as faculdades intelectuais no processo produtivo emergem em oposição ao trabalhador parcial, e o conhecimento científico se revela como uma ferramenta a serviço do capital, em detrimento da classe trabalhadora. Ao contrastar o sistema de produção nos estágios iniciais do capitalismo com o modelo que surge com o advento da grande indústria, Marx introduz os conceitos de subsunção formal e subsunção real. Esses termos destacam os conflitos intrínsecos ao domínio do conhecimento laboral.

No período manufatureiro, quando a subsunção formal prevalecia, a produção ainda estava intrinsecamente ligada ao conhecimento e habilidades do artesão que manipulava suas ferramentas. Nesse estágio, a gestão do trabalho pelo



capital se restringia ao produto do trabalho e não ao próprio processo laboral. Isso implica que o capital não exercia controle sobre os procedimentos de trabalho, ou seja, para Marx, não regia a organização coletiva do trabalho. A característica distintiva da subsunção formal é a centralidade do trabalhador no processo produtivo, isto é, a produção é altamente dependente das habilidades e qualificações do sujeito.

Posteriormente, com a ascensão do modo de produção especificamente capitalista, a subsunção meramente formal evolui para a subsunção real. Isso envolve um "modo de produção que é específico não apenas tecnologicamente, mas que altera completamente a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais" (MARX, 2004, p.104). O autor continua afirmando que na subordinação real do capital, as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem e, graças à escala ampliada do trabalho, a ciência e a maquinaria são aplicadas diretamente à produção.

Com a implementação do modo de produção especificamente capitalista e a subsunção real, os processos produtivos passam a ser ditados pela maquinaria, e o trabalho vivo se submete ao trabalho inanimado. Ao abordar o aspecto ideológico dessa dominação da "coisa sobre o homem", "do produto sobre o produtor", Marx declara que se trata da mesma relação que se manifesta na religião, ou seja, a relação sujeito-objeto se mistura.

### **3.3 A modernização em movimento de crise**

Se entendemos a modernização como parte fundamental do argumento que propomos, vale entender o que queremos a partir da análise das contradições inerentes ao processo de modernização capitalista, tematizando sua provável crise e colapso. Para Kurz (1999), a modernização não é apenas um processo de avanço tecnológico ou desenvolvimento econômico, mas um conjunto de relações sociais e estruturas institucionais que sustentam o funcionamento do sistema capitalista. Isso inclui não apenas a produção de bens e serviços, mas também as relações de trabalho, a organização da sociedade e os valores culturais que sustentam o modo de produção capitalista. Kurz argumenta que a modernização capitalista é movida

pela lógica da valorização do capital, ou seja, pela necessária busca por lucro e crescimento econômico. No entanto, esse processo gera contradições internas que, em última instância, minam sua própria sustentabilidade. Essas contradições são evidentes em diversas dimensões da sociedade contemporânea.

Uma das principais contradições apontadas por Kurz é a chamada "crise da forma-valor". Para ele, a forma-valor é o modo específico de organização econômica que prevalece no capitalismo, onde tudo é transformado em mercadoria e seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. No entanto, com o avanço da automatização e da tecnologia, o trabalho humano perde sua centralidade na produção, levando a uma crise na forma-valor. Isso implica uma tendência à desvalorização do trabalho humano e, conseqüentemente, à redução da capacidade do sistema de criar valor. Outra contradição crucial identificada por Kurz é a destruição do ambiente natural. O modo de produção capitalista, baseado na extração incessante de recursos e na busca de lucro a curto prazo, conduz a uma exploração insustentável dos recursos naturais e à degradação do meio ambiente.

Além disso, argumentamos que a modernização capitalista também gera profundas contradições sociais, como a precarização do trabalho, a desigualdade crescente e a alienação dos indivíduos em uma sociedade voltada para o consumo e a acumulação de bens materiais. A dita crise, para Kurz, não é necessariamente um evento cataclísmico, mas um processo complexo e prolongado de desintegração das estruturas sociais e econômicas que sustentam o capitalismo. Ele pondera que, em última instância, a lógica destrutiva do sistema capitalista levará a uma crise profunda e a transformações radicais na forma como organizamos a produção, o trabalho e a vida em sociedade.

Kurz (1999) argumenta que a modernização capitalista, caracterizada pela crescente automatização e tecnificação dos processos produtivos, conduz à desvalorização do trabalho humano. Com a introdução de maquinário e sistemas de automação, a necessidade de mão de obra humana, ainda que qualificada, em muitos setores diminui, o que gera uma crise na forma-valor, como mencionado anteriormente. O trabalho humano perde seu protagonismo na produção de valor, o

que tem implicações visíveis na forma autonomizada que as relações de trabalho se reproduzem na atualidade.

Além disso, a tecnificação da sociedade é a raiz da chamada "destruição criativa". Isso implica que, à medida que novas tecnologias são implementadas, indústrias antigas e seus respectivos empregos podem ser obsoletos, levando ao desemprego tecnológico. Esse fenômeno é um reflexo direto da lógica capitalista de buscar a eficiência e a maximização do lucro, muitas vezes à custa da estabilidade e segurança no emprego. No caso de nosso objeto de estudos, entendemos que o discurso de progresso como instalação de infraestrutura pública oculta o violento processo de expropriação que advém desta imposição.

A necessidade de se criar uma infraestrutura pública de mobilização de trabalhadores em formação para suprir uma necessidade de demanda pode ser associada neste contexto a partir do argumento de Harvey (2005) que o capitalismo não é apenas um sistema abstrato, mas também uma força geográfica que molda e é moldada pelo espaço físico. O Ajuste Espacial refere-se à forma como o capitalismo reorganiza o espaço geográfico para otimizar a acumulação capitalista. Isso implica a redistribuição de atividades econômicas e recursos, adaptando-se às condições mais favoráveis para a valorização do capital. Esse ajuste pode ocorrer em diferentes níveis, desde a escala local, com a gentrificação de bairros urbanos, até a escala global, com a reorganização de cadeias de produção internacionais.

É importante compreender que as crises são inerentes ao sistema capitalista. Elas emergem como resultado de contradições e desequilíbrios intrínsecos ao processo de acumulação capitalista. No entanto, as crises não são uniformes em termos de sua manifestação e impacto geográfico. Quando ocorre uma crise, como a crise financeira de 2008, por exemplo, o Ajuste Espacial se torna uma ferramenta crucial para a recuperação e a continuação da acumulação de capital. Isso pode envolver a reestruturação de setores econômicos, a realocação de investimentos e a transformação de áreas geográficas antes desvalorizadas em novos centros de atividade econômica. E aqui entendemos que articula-se totalmente o que argumentamos ao longo da dissertação, como projeto de "modernização

conservadora” que, à luz da interpretação que fazemos, podemos alcunhar apenas como modernização.

#### **4. Considerações Finais**

É inegável, até mesmo aos próprios universitários, que as instituições de ensino superior se reproduzem como bastiões de elitismo. O acesso a uma “educação de qualidade” sempre foi concebido como privilégio reservado a uma minoria, enquanto as grandes massas da população são relegadas a um sistema educacional precário e desprovido de recursos. A universidade, ao invés de ser um espaço de democratização do conhecimento, atua como uma barreira que perpetua a desigualdade social, projetando um certo clube de indivíduos como porta-vozes da realidade.

Esse fenômeno na particularidade brasileira é um tema complexo e de grande relevância para a compreensão da colonização nacional e sua formação territorial. A história da universidade no Brasil advém de um ideal burguês de educação como direito do indivíduo, impactado diretamente pelo acesso, permanência e formação dos estudantes ao longo dos anos, mas manifestada pelas necessidades de um sistema produtor de mercadorias, que direciona-se para a tecnificação.

Uma das principais características do “elitismo” nas universidades brasileiras está relacionado ao acesso limitado, que é resultado do descrito movimento de valorização e desvalorização do trabalho qualificado (GAUDEMAR, 1977). Dentre seus mecanismos regulatórios, podemos destacar o vestibular como uma estrutura de seleção que favorece jovens que têm acesso a uma preparação específica e tempo livre disponível. O tempo do homem branco é um recurso preciosíssimo dentro das dinâmicas do capital. Além disso, a concentração de universidades de renome em determinadas regiões e a dificuldade de deslocamento também contribuem para a exclusão de candidatos de baixa renda. Aqui, o pilar de extensão consolida-se como a moralidade da metropolização do conhecimento, ao mesmo

tempo que direciona algum tipo de esforço para a implementação de infraestrutura nessas regiões onde o acesso à ciência é dificultado.

Porém, até para a própria atividade intelectual em si, entendemos que esses recursos são mais do que a própria instalação de uma universidade acessível a uma região. Estudantes de famílias mais abastadas têm maiores condições e mais tempo de aprender idiomas, instrumentos musicais, para dedicar a leitura, para sobreviver sem um salário regular e reservar aquele período específico da vida para adquirir capital cultural, e assim, ter mais desenvoltura na escrita, mais fluidez na fala, maior capacidade de conectar textos e experienciar grupos de estudos. Nosso caso é um grande exemplo disto: certamente teríamos um texto de muito mais qualidade se conseguíssemos sobreviver apenas com o valor da bolsa de estudos, assim não precisando ocupar a maior parte dos dias com atividades remuneradas e tendo condições de participar de discussões em grupo, fazer trabalhos de campo, fichar textos.

Então vale mencionar aqui que carece à universidade, para o sujeito pesquisador, políticas de inclusão: programas de cotas e políticas afirmativas têm avançado nos últimos anos, mas ainda enfrentam resistência e críticas. Também é importante considerar que apenas garantir a entrada não é suficiente; é necessário oferecer apoio e suporte para que os estudantes possam se manter na universidade e ter uma experiência acadêmica completa.

Cultura acadêmica excludente: Muitas vezes, a cultura acadêmica das universidades brasileiras pode ser percebida como elitista. Isso se manifesta em práticas pedagógicas, linguagem técnica e estruturas curriculares que nem sempre são acessíveis para todos os estudantes, especialmente aqueles que não tiveram a mesma base educacional.

Toda essa discussão está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Empresas muitas vezes valorizam diplomas de universidades mais “renomadas”, aquelas da metrópole, criando um ciclo em que os estudantes dessas instituições têm maior facilidade para obter boas oportunidades de emprego, enquanto os demais enfrentam mais desafios e vêem pouco retorno em seus investimentos.

Marx destaca como as estruturas econômicas moldam as instituições sociais. Nesse contexto, a universidade se torna um reflexo das relações de produção, reproduzindo e legitimando as hierarquias existentes. A classe média, em sua busca por ascensão social, vê na educação superior um caminho necessário para a conquista de seu espaço no mercado de trabalho. As atividades de estágio e de extensão estão comprimidas dentro desse processo de valorização do trabalho ao longo da formação universitária, o que levou o Projeto Rondon a ser um dos mais bem-sucedidos programas de estágio da história brasileira.

Em nossa leitura, o Projeto Rondon foi parte de um movimento total de tecnificação da universidade que chegou ao seu pico nos dias atuais. A proliferação dos cursos a distância representa outra faceta da crise da universidade contemporânea. Sob o discurso de que a tecnologia democratizar o acesso à educação e “soluciona” as mencionadas diferenças regionais, suprimindo os efeitos colaterais da territorialização, a realidade é que esses cursos é a transformação da educação em mídia, o que fecha o circuito que tira ela do âmbito cotidiano, da vivência, e a completa como produto e mercadoria. A superficialidade do aprendizado e a falta de interação direta com professores e colegas contribuem para a formação intelectual prejudicada, individualista e tecnocrática, que resultam em formações cada vez mais segmentadas, curtas e intensas.

A produção científica também é impactada pela tecnificação do ensino superior, e tem sido cada vez mais subjugada pelos interesses do mercado. O sistema de publicações pagas em revistas científicas cria uma dinâmica perversa em que o acesso ao conhecimento é condicionado ao poder de compra das universidades às bases, marginalizando pesquisadores e instituições menos favorecidas. O artigo e o texto viram produtos primários do pesquisador, que abandona o enriquecimento de sua formação para valorizar seu currículo lattes, que dentro do percurso cientométrico só é valorizado com mais publicações, em revistas pagas de maior alcance.

A dita “cientometria” é uma prática que se propõe a quantificar e analisar a produção científica, bem como medir o impacto e a influência dos trabalhos

científicos. Fizemos, em 2019, nosso trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia sobre este tema. Esse estudo contribuiu muito para nossa reflexão sobre a educação superior como produto. Os desdobramentos da implementação da Reforma Universitária foram, além da tecnificação através da Extensão Universitária, o pontapé para a configuração da produção científica como temos conhecimento hoje. Especialmente porque, se no tempo do Projeto Rondon tínhamos um estudante elitizado que levava à colônia todos os conhecimentos e ideais da metrópole, em contexto de crise da sociedade do trabalho, o próprio fazer ciência, em troca de bolsas de estudos, torna-se um modo de vida. A necessidade de avaliação e classificação da produção científica como critério para distribuição das tais bolsas - valorização da valorização do trabalho qualificado - levou ao desenvolvimento de métricas para medir o impacto e a relevância destes textos. O número de citações, o fator de impacto de periódicos e índices h são exemplos de métricas que foram concebidas para quantificar a influência de um artigo ou autor na comunidade científica. A competição por recursos e reconhecimento impulsionou a necessidade de quantificar o valor e a contribuição de pesquisadores e instituições.

A simplificação da avaliação baseada em métricas quantitativas pode desconsiderar a complexidade e a qualidade intrínseca do trabalho científico. E intensificar a moralidade do trabalho na execução das tarefas acadêmicas, incentivando práticas de publicação predatória. Ainda em nossa particularidade nacional, onde a profissão “pesquisador” é parte da atividade do docente universitário, o exercício de ensino, de leitura e de diálogo colide com a necessidade de se atentar aos textos.

Aqui, esforço-me para que não soe apenas como desdém ao que fazemos dentro das universidades. Este texto é parte da necessidade de subsistência da autora e de uma tentativa de adquirir melhores condições de vida a partir de trabalhos melhores remunerados. Mas também é um pedido, um desejo de encontro e de diálogo. Poucos espaços promovem encontros reais. E nisso, notificamos que dá solitária redação de uma dissertação, os estudantes que partilharam de um cotidiano com pessoas e, em qualquer circunstância, aprenderam e dividiram com elas, saem com um resultado existencial muito mais rico.

Pensando em tudo discutido ao longo desta dissertação, acreditamos ser relevante que o ser universitário, estudante, professor ou pesquisador, para aquele que se propõe a ter uma perspectiva mais crítica em relação à sociedade, tenha consciência de qual é a sua posição em relação ao objeto de estudo - principalmente, no espectro geográfico do debate, quanto entendemos que o fruto desse estudo é justamente a região. É necessário a consciência do papel que exercemos no processo e como um “diagnóstico” é determinante em tantos casos.

Quando o capitalismo falha e descende à crise, a universidade como um de seus pilares também sucumbe às tais consequências. Cortes de verbas, redução de investimentos em pesquisa e ensino e precarização das condições de trabalho dos docentes são exemplos claros de como a universidade, como todas as balizas capitalistas, é vulnerável às flutuações econômicas e a regulação do mercado de trabalho. Nesses momentos, a prioridade passa a ser a sobrevivência financeira e não há direito iluminista moral que se sustente ao sucateamento das instituições públicas.

Assim, somos confrontados com uma contradição brilhante: a universidade, por um lado, é um espaço de embate, diálogo e reprodução daqueles que, na realidade brasileira, insistem em estudar teoria crítica. Por outro lado, é também uma mercadoria, sujeita às leis da oferta e da procura, de disposição produtiva, de moralidade do trabalho e de violência e exclusão social. É produtora de discursos do Estado, criadora e administradora de regiões, planejadora e reguladora de trabalho.

Diante dessa realidade difícil, é crucial que os teóricos e os estudiosos discutam sobre o papel da universidade na atualidade e lutem pela preservação de algum grau de autonomia do corpo docente. É preciso buscar alternativas que preservem e fortaleçam o seu papel como espaço de diálogo e construção coletiva, sem sucumbir totalmente ao colapso que estamos presenciando.

A universidade pode e deve ser um canal para a autodeterminação do indivíduo, um lugar onde pessoas têm acessos a discursos diferentes do senso comum e sejam capazes de refletir criticamente sobre a realidade maquinal que as acometem. Para isso, é necessário repensar a lógica capitalista que a permeia,



comprar a briga, resistir na medida do possível. Em última análise, a universidade é, e sempre será, um reflexo da sociedade em que está inserida. Cabe a nós, enquanto indivíduos e membros dessa sociedade, direcionar esforços para a emancipação, garantindo que ela, dentro de todas as limitações que conhecemos, permaneça enquanto possibilidade.

## **Referências Bibliográficas**

AMATO, G. **Aula Prática de Brasil: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)**, Belo Horizonte, UFMG, 2015 (Dissertação de Mestrado).

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BOECHAT, C. Região do Colonato: **Mobilização do Trabalho e autonomização do Capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista**. São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

BOMENY, H. **A reforma universitária de 1968: 25 anos depois**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 9, out. 1994

CHOERI, W. **Geopedagogia: uma visão geopolítica e geoestratégica para a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1995.

EQUIPE DOS COBRAS. **Missão cumprida: relatório das atividades desenvolvidas pela equipe GTU/PR em Humaitá, Amazonas**. Humaitá/Bauru, 1972.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARTSHORNE, R. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

HEIDEMANN, D. **O Estado-Burguês: Um conceito básico da Geografia Política.** Revista da Geografia, UFPE, RECIFE., Recife, v. 1, n. 1, p. 90-100, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação.** In: Migrações: discriminações e alternativas. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

KURZ, R. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** 5 ed. Tradução Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

\_\_\_\_\_. **Guerra de Ordenamento Mundial.** 2003.  
<http://obeco.planetaclix.pt> (acesso em 02/03/2018)

LEITE, A. C. G. **O Campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação na imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista.** São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2015 (Tese de Doutorado).

LENIN, V. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** 3 ed. São Paulo: Global, 1982

MANCIBO, Deise; MAUES, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente.** Educ. rev., Curitiba , n. 28, p. 37-53, Dec. 2006.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Crítica a filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MENDES I. A. C., **Memorial.** Ribeirão Preto (SP). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP; 1991. p.160-187

MENDONÇA, S. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIOVESAN, L. **Projeto Rondon-RS e Jeunesse Canadá Monde: uma parceria que deu certo**. Taquara: FACCAT, 2008.

RAFFESTEIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SCHWARCZ, L. **Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado**. In: A Crise do Estado-Nação, Adauto Novaes (organizador), Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, L. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de relançamento do Projeto Rondon**. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2005.

SILVEIRA, N. **Universidade Brasileira: A intenção da Extensão**. Tese de Mestrado, FE/USP, 1987.

TOLEDO, C. A., **A região das lavras baianas**, São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2008 (Tese de Doutorado).

WARREN, Z. **Cultural Carriers**. The Encyclopedia of Peace Psychology, 2011.